

**DPE PR**

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026

PROTOCOLO N.º 26.0.000002668-8

1. PREÂMBULO

1.1. A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, inscrita no CNPJ sob n.º 13.950.733/0001-39, sediada à Rua Mateus Leme, n.º 1908, Centro Cívico, Curitiba-PR, representada por seu Defensor Público-Geral, que assina o presente edital, em observância às disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, da Resolução DPG n.º 375/2023 e da legislação correlata, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob n.º 90015/2026, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA RELATIVOS À IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO DA NOVA SEDE DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, EM CURITIBA**, de acordo com as condições constantes do presente edital e seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.

LOCAL DA SESSÃO	https://www.gov.br/compras/ UASG: 929443 – Pregão Eletrônico n.º 90015/2026
ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS	Início: A partir da disponibilização do edital no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP Fim: Horário de abertura da sessão
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	29/04/2026 às 14:00 horas (horário de Brasília – DF)

1.2. O(A) Pregoeiro(a) deste certame é o(a) servidor(a) Tiago Hernandez Tonin, designado(a) pela Portaria DPG n.º 90/2025.

1.3. O Regime de Execução será o de empreitada por preço unitário.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Pregão é a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços comuns de engenharia relativos à implantação do sistema de climatização da nova sede da Administração Central da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em Curitiba, contemplando o fornecimento e a instalação de equipamentos, materiais, infraestrutura e demais componentes previstos no projeto executivo previamente contratado pela Administração, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

2.2. Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, n.º 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

3. DO VALOR MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor máximo global deste certame está fixado em R\$ 2.293.683,08 (dois milhões, duzentos e noventa e três mil, seiscentos e oitenta e três reais e oito centavos), conforme tabela(s) contida(s) no Anexo I.

3.2. A despesa decorrente da presente contratação ficará à conta da seguinte dotação orçamentária: 0760.03.061.24.8009 / 50 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública - FUNDEP / Recursos Livres (não vinculados) / Outras Despesas Correntes. Fonte de Recursos: 501 - Outros Recursos não Vinculados (250). Detalhamento de Despesas: 4.4.90.51.09 Benfeitorias e Instalações.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DA OBTENÇÃO DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, até as 17:00 horas do terceiro dia útil anterior à data de abertura do certame.

4.2. As impugnações ou pedidos de esclarecimentos deverão ser formuladas por escrito e encaminhados ao endereço eletrônico licitacoes@defensoria.pr.def.br, com a indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa e seu telefone.

4.3. As impugnações e esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e as respostas integrarão o edital e estarão disponíveis nos sites <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Licitacoes> e <https://www.gov.br/compras/>.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), que permite a participação das interessadas na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil, em tempo hábil para participação neste certame.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

5.4. A licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra sua desconexão.

5.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste certame as interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

6.1.1. O Item 1 será de PARTICIPAÇÃO GERAL.

6.2. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de interessadas:

- a) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná;
- b) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;
- c) que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;
- e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

6.2.1. O impedimento de que tratam as letras “a” e “b” do item acima será também aplicado à licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante.

6.3. Para a participação no certame, a licitante deverá manifestar, em campo

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

6.4. Caso haja participação de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) serão assegurados os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 para as pessoas jurídicas ou pessoas físicas que assim se identificarem no campo apropriado do sistema, sendo de responsabilidade exclusiva da licitante o seu correto enquadramento, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. A obtenção dos benefícios a que se refere o item acima, quando aplicáveis ao respectivo item/grupo, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7. DO CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS

7.1. A proposta de preço inicial deverá ser cadastrada no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto e de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

7.1.1. A licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.1.2. A proposta registrada poderá ser alterada ou excluída até a data e hora definida no edital para abertura das propostas e, após este prazo, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da proposta.

7.2. Nos termos do Convênio ICMS nº 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.2.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 7.2, devendo apresentar proposta de com a carga tributária completa.

7.3. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total do item;

b) descrição detalhada do objeto ou remissão ao item do edital que contenha as suas especificações;

c) marca, fabricante e modelo/versão, exceto quando se tratar de serviço.

7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a licitante e a contratada.

7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na contratação, bem como todas as demais obrigações previstas no Termo de Referência (Anexo I).

7.6. Os valores ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação

7.8. Como critério de admissibilidade, somente serão aceitas propostas que apresentem valores unitários e totais iguais ou inferiores aos valores máximos estimados e fixados no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

7.9. As propostas das licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital, conforme artigo 27, XXI, da Constituição do Estado do Paraná.

7.10. No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incs. III e IV, do art. 1º, e no inc. III, do art. 5º, da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.11. A licitante organizada em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.12.1. No item ou grupo exclusivo para participação de microempresas e



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item ou grupo;

7.12.2. Nos itens ou grupos em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

7.13. A falsidade da declaração de que trata os itens 7.9 ou 7.11 sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

7.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às regras estabelecidas pelo próprio sistema.

7.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública

8.3. Será desclassificada a proposta que identifique a licitante, com preço inexequível ou que não esteja em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.3.2. A classificação da proposta nesta fase não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário levado a efeito na fase de aceitação.

8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

8.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.2. **O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

9.3. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

9.4. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

9.5. **O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 0,01 (um centavo), em relação ao valor unitário.**

9.6. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.7. **O modo de disputa adotado para a presente licitação será o ABERTO E FECHADO.**

9.7.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.7.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.7.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.7.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.7.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado por primeiro.

9.9. Durante todo o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas em tempo real do valor de menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.

9.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às penalidades constantes deste edital e da Lei Federal nº 14.133/2021.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.11. No caso de desconexão apenas do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico permanecerá acessível às licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.11.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.12. Em relação a itens ou grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial junto à Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

9.12.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.12.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.12.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.12.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta

9.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.13.1. Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate obedecerá a ordem prevista no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, nesta ordem:

9.13.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

9.13.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.13.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.13.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.13.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

9.13.2.2. empresas brasileiras;

9.13.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.13.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei no 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances e depois de resolvidas as situações de empate ficto quando aplicáveis ao respectivo item ou grupo, o Pregoeiro encaminhará contraproposta à arrematante para negociar condições mais vantajosas, observado o critério de julgamento e o valor máximo para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

10.3. Havendo apenas uma proposta, esta poderá ser aceita desde que atenda a todas as condições do edital, devendo o Pregoeiro negociar visando obtenção de melhor condição.

10.4. A arrematante que apresentar proposta acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação deverá readequá-la, sob pena de desclassificação.

10.5. Após a negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DO ENVIO DA PROPOSTA RECOMPOSTA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

11.1. A arrematante deverá enviar, por meio de campo próprio do sistema, até as 12h00 (doze horas) do dia útil seguinte ao da abertura da sessão, sua

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

proposta de preço adequada ao último lance ofertado e à negociação realizada, devidamente assinada e contendo obrigatoriamente todas as informações constantes do modelo do anexo II. Em conjunto com a proposta, deverá ser apresentado à Administração, durante a fase de julgamento das propostas, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração (Apêndice III do Termo de Referência), para efeito de avaliação de exequibilidade, nos termos do art. 59, §3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.1.1. Na hipótese de a proposta ser apresentada por procurador, deverá ser anexado o respectivo instrumento que demonstre os poderes para executar o ato.

11.1.2. Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilizem o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacoes@defensoria.pr.def.br, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no *chat* a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

11.1.3. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pela arrematante antes de findo o prazo originalmente concedido.

11.1.4. Na recomposição final, os valores que compõem a proposta não poderão ultrapassar os valores máximos unitários, totais e globais que estão fixados neste edital, bem como não poderão ser majorados os valores consignados na proposta inicial.

11.1.5. O Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos ou materiais de divulgação que contenham informações técnicas e detalhamentos acerca dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

11.2. No mesmo prazo previsto acima, a arrematante deverá apresentar os seguintes documentos complementares:

a) Documentação de habilitação, prevista no Capítulo 13 do edital, que porventura não esteja disponível no SICAF, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) ou encontrar-se vencida;

b) Para fins de aferição do atendimento às especificações técnicas, na fase de julgamento, será solicitada ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de catálogos e/ou fichas técnicas (datasheets) do fabricante, ou documentos técnicos equivalentes, que permitam verificar a conformidade dos itens ofertados com o Termo de Referência e com o projeto executivo, no mínimo para:

b.1) Unidades externas (condensadoras) do sistema VRF;

b.2) Unidades internas (evaporadoras) do sistema VRF, conforme os tipos e capacidades previstos em projeto;

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

b.3) Controles/termostatos e, quando aplicável, sistemas de controle centralizado/supervisão e respectivas interfaces de comunicação;

b.4) Componentes proprietários e acessórios necessários à integração do sistema previstos em projeto (tais como caixas de derivação/seleção, módulos, interfaces e controladoras), quando aplicável;

b.5) A Defensoria Pública, a seu critério, poderá exigir complementação da documentação técnica, em prol da aferição do atendimento dos requisitos técnicos de cada item.

d) Demonstração do Resultado do Exercício - DRE atualizado, caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual não seja optante do regime de tributação Simples Nacional.

11.3. Caso a arrematante deixe de apresentar a integralidade dos documentos de habilitação no prazo estipulado no item 11.2, e que não estejam disponíveis no SICAF, o Pregoeiro poderá, durante a fase de habilitação, solicitar o envio da documentação faltante ou a sua atualização, fixando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o cumprimento, com fulcro no art. 63, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Excepcionalmente, esse prazo poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, mediante justificativa, em razão da complexidade ou da quantidade de itens da licitação.

11.4. O Pregoeiro verificará se a licitante preenche os requisitos de participação, mediante consulta nos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

d) Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (<http://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarImpedidosWeb.aspx>);

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, por meio de consulta a ser realizada no sítio (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

f) Cadastros de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná (<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidades-no-Cumprimento-dos-Contratos>) e

<https://www.defensoriapublica.pr.def.br/Transparencia/Pagina/Irregularidade-no-Cumprimento-das-Atas>).

11.4.1. Será consultada também a situação do sócio majoritário no cadastro de que trata o item 11.3, “e”.

11.5. Em sede de diligência somente é possível a aceitação de novos documentos quando:



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

a) necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pela licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

b) destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

11.6. Documentos ausentes ou fora de seu prazo de validade, quando disponíveis em sítios eletrônicos, poderão ser obtidos e anexados ao processo pela comissão de licitação.

12. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

12.1. O critério de julgamento da presente licitação é o menor preço, observado o disposto no item 9.2.

12.2. Não serão aceitas propostas com valores superiores aos estimados para esta contratação, analisando-se tanto o preço global quanto os preços unitários.

12.2.1. Na hipótese de discrepância entre os montantes unitários e totais, para efeito de cotejo, prevalecerão os unitários.

12.3. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, bem como para aferir se a proposta está de acordo com as especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I).

12.4. No julgamento o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta, dos documentos e sua validade jurídica, para fins de classificação.

12.5. O Pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de servidores pertencentes ao quadro de pessoal da DPE-PR ou de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para subsidiar suas decisões, indicando o dispositivo do edital de licitação objeto do questionamento e os documentos ou elementos sobre os quais recai a dúvida.

12.5. Será desclassificada a proposta:

a) formulada por quem esteja impedida de participar do certame;

b) que contenha qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes;

c) que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

d) com preços superiores aos valores máximos que estão fixados no Anexo II, preços manifestamente inexequíveis ou que não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) em desacordo com as especificações, prazos e condições fixadas neste edital;

f) que após diligências não forem corrigidas ou justificadas;

g) que contiver vício insanável;

h) que tiver sua amostra reprovada, caso ela esteja sendo exigida.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

12.6. Em contratação de serviços de engenharia, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

12.6.1. No caso de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

12.6.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

12.6.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

12.6.3.1. A garantia adicional corresponderá à diferença entre o valor resultante da aplicação do percentual de 85% (oitenta e cinco por cento) sobre o valor orçado pela Administração e o valor da proposta vencedora.

12.6.3.1.1. A garantia adicional deverá ser prestada cumulativamente à garantia contratual, nas mesmas modalidades admitidas para esta, e deverá ser apresentada no prazo estabelecido para assinatura do contrato.

12.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.8. No caso de desclassificação será examinada a proposta subsequente e assim sucessivamente até a apuração de uma que atenda a este edital, podendo o Pregoeiro negociar com a licitante para que sejam obtidas melhores condições.

13. DA HABILITAÇÃO

13.1. Para habilitação da licitante é necessária a documentação de:

- a) habilitação jurídica;**
- b) regularidade fiscal, social e trabalhista;**
- c) qualificação econômico-financeira;**
- d) qualificação técnica.**

13.2. **Documentos relativos à habilitação jurídica:**

a) cópia do contrato social ou instrumento equivalente (tais como estatuto social, requerimento de empresário ou certificado da condição de microempreendedor individual - CCMEI) com alterações e consolidação em vigor, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.3. **Documentos relativos às habilitações fiscal, social e trabalhista:**



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);
- b) a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;
- d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede da arrematante;
- e) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN);
- f) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- g) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- h) demonstração de cumprimento do disposto no art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal.

13.4. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - c.1) Índices de Liquidez Geral (LG) superior a 1¹;
 - c.2) Liquidez Corrente (LC) superior a 1²;
 - c.3) Solvência Geral (SG) superior a 1 (um)³.
 - c.4) Comprovação de patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado constante da planilha de formação de preços apresentada pela licitante⁴, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes

¹ Para garantir que a empresa possui fôlego para manter o suporte, os testes de comissionamento e a garantia técnica sistêmica sem o risco de insolvência imediata.

² Para atestar a capacidade de pagamento das obrigações de curtíssimo prazo, como folha de pagamento da equipe de instalação e compra de materiais de consumo.

³ Para demonstrar a independência financeira da empresa frente a credores, diminuindo o risco de colapso por choques econômicos externos durante a vigência do contrato.

⁴ Para garantir que a licitante possui o "lastro", o porte e o enraizamento de capital compatíveis com os custos prévios inerentes à aquisição de equipamentos VRF.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

c.4.1) A exigência de comprovação de patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação se justifica no fato de que a licitante vencedora deverá dispor de recursos suficientes para cobrir os custos e despesas iniciais para a correta execução do contrato.

c.4.1.1) A insuficiência de capacidade econômico-financeira poderá ensejar atrasos na execução contratual, especialmente na fase inicial de mobilização, aquisição e logística de entrega dos equipamentos do sistema VRF e dos materiais de instalação (tubulações, isolamentos, suportes, componentes elétricos e de controle), bem como na disponibilização de equipe técnica qualificada, com impactos no cumprimento de prazos, na realização de testes, ajustes e comissionamento e, por consequência, no recebimento do objeto.

c.4.1.2) A exigência de patrimônio líquido mínimo em face do objeto, nesse sentido, é um fator relevante para a análise de qualificação econômico-financeira, dessa maneira, previsto no art. 69, §4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com o objetivo de selecionar empresas com saúde financeira para adimplir as obrigações pactuadas.

c.4.1.3) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

c.4.1.4) Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

c.4.1.5) Às empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

c.4.1.6) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante/fornecedor, sem prejuízo de verificação e diligências pela Administração, quando cabível.

13.5. Documentos relativos à qualificação técnica:

13.5.1. Declaração formal de que o licitante ou de um responsável técnico do LICITANTE tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme Apêndice VIII.

13.5.2. A empresa licitante deverá possuir registro ou inscrição válido no CREA da região a que estiver vinculada, que comprove o desempenho de atividade relacionada com o objeto desta licitação.

13.5.3. Apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho comprovando:

13.5.3.1. Execução de serviços de fornecimento e instalação de sistema de climatização do tipo VRF/VRV (Volume de Refrigerante Variável), incluindo o



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

fornecimento e a instalação de unidades condensadoras e evaporadoras, bem como a execução da infraestrutura indispensável ao funcionamento do sistema (linhas frigorígenas, isolamento térmico, drenagem de condensado, suportaço, interligaço es elétricas e demais serviços correlatos), em edificaçáo de uso administrativo, com área mínima de 1.500 m² ou com capacidade de refrigeraço mínima de 80 TR (toneladas de refrigeraço).

13.5.3.1.1. Os quantitativos exigidos para fins de qualificaço técnica referem-se tanto à área de execuço do objeto quanto à capacidade frigorífica do sistema de climatizaço do tipo VRF, admitindo-se a comprovaço por meio de atestados que contemplem qualquer uma dessas métricas. No que se refere à metragem quadrada, o quantitativo mínimo exigido corresponde a 44,5% da área total de 3.366,00 m² onde os serviços serão executados. Alternativamente, quanto à capacidade do sistema VRF, admite-se a comprovaço por meio de atestado que demonstre a execuço de, no mínimo, 50% da capacidade total prevista, correspondente a 161 TR (toneladas de refrigeraço), conforme o Projeto de Climatizaço constante do Apêndice I.

13.5.3.1.2. Não se admite o somatório de atestados para a comprovaço do quantitativo mínimo de capacidade técnico-operacional, pois a exigência busca aferir a aptidáo da licitante para executar, em uma única contrataço, parcela de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, em porte compatível com a presente contrataço. No caso concreto, a execuço do sistema de climatizaço VRF/VRV não se resume ao fornecimento isolado de equipamentos ou à instalaço segmentada de componentes, mas envolve atuaço integrada e simultânea sobre unidades condensadoras e evaporadoras, linhas frigorígenas, drenagem, isolamento, suportaço, interligaço es elétricas e demais interfaces indispensáveis ao funcionamento do sistema, em edificaçáo de uso administrativo. Tal contexto demanda coordenaço operacional unificada, gerenciamento de frentes de serviço, compatibilizaço com as condições da edificaçáo e controle de interferências técnicas, de modo que a experiência pulverizada em contrataço es diversas não evidencia, com a mesma segurança, a capacidade operacional necessária.

13.5.3.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, com indicaço do número de inscriço no CNPJ.

13.5.3.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovaço da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administraço, cópia do contrato que deu suporte à contrataço, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.6. Requisitos Técnico - Profissional

13.6.1. Certidões de Acervo Técnico dos profissionais responsáveis, emitidas pelo respectivo Conselho Profissional competente, acompanhadas das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ser apresentada, obrigatoriamente, uma certidáo para cada profissional indicado, em seu respectivo

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

nome, contemplando atestados devidamente registrados no acervo, emitidos por contratantes dos serviços, pessoas jurídicas de direito público ou privado, vedada a emissão de atestados pela própria licitante, observados os seguintes requisitos:

a) Para o Engenheiro Mecânico, com inscrição válida no respectivo conselho profissional, comprovação de experiência em serviços de instalação de sistemas de ar-condicionado do tipo VRF (Volume de Refrigerante Variável), em edificação de uso administrativo, com área mínima de 1.500 m² ou com capacidade de refrigeração mínima de 80 TR (toneladas de refrigeração);

b) Para o Engenheiro Eletricista, com inscrição válida no respectivo conselho profissional: comprovação de experiência em serviços de instalações elétricas em edificação com área mínima de 1.500 m².

13.6.1.1. A comprovação da qualificação técnico-profissional deverá ser atendida cumulativamente por ambos os profissionais indicados.

13.6.1.2. Não será admitida a somatória de atestados, uma vez que se faz necessária a comprovação de experiência na instalação de sistema de climatização do tipo VRF em edificação de uso administrativo, com complexidade técnica similar à do objeto desta contratação, bem como na execução integrada do sistema, considerando tratar-se de um sistema único de climatização.

13.6.2. Para demonstração de regularidade do profissional, deve-se apresentar Certidão de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando habilitação e inscrição ativa do(s) Responsável(is) Técnico(s), para o exercício regular da profissão, na forma da legislação vigente⁵.

13.6.3. O profissional Responsável Técnico deverá comprovar, para fins de contratação, pertencer ao quadro permanente da empresa ou ter contrato como autônomo, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT.

13.6.3.1. Caso a não possua em seu quadro ou como autônomo, o referido profissional, a mesma poderá apresentar uma declaração de promessa de contratação de profissional, juntamente com toda a documentação solicitada para que se permita aferição da qualificação do profissional a ser contratado caso a proponente seja a vencedora da contratação.

13.6.3.1.1. No caso de dois ou mais LICITANTES apresentarem atestados de um mesmo profissional, ambos poderão ser inabilitados, caso seja verificado que a situação em exame denota algum indício de conluio ou fraude.

⁵ O objeto deve ser acompanhado por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com a habilitação profissional definida na resolução n.º 218, do CONFEA, ou conselho de classe competente, que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

13.6.3.2. Declaração de Responsabilidade Técnica, conforme modelo fornecido no Apêndice IX, indicando 1 (um) responsável técnico pela execução dos serviços contratados.

13.6.3.3. A Declaração de Responsabilidade Técnica refere-se ao compromisso de participação de profissional indicado pela proponente, o qual deverá declarar que participará, de forma efetiva, da execução do objeto desta contratação a serviço da empresa, do objeto desta contratação, permanecendo à disposição durante toda a vigência contratual e atendendo prontamente às solicitações da fiscalização da DPE/PR.

13.6.3.4. Caso haja indicação de mais de um responsável técnico, inclusive como corresponsável, todos deverão constar na referida declaração e apresentar a mesma documentação exigida para o responsável técnico principal, sob pena de não serem posteriormente reconhecidos para fins de execução contratual.

13.6.3.5. Em caso de necessidade de substituição do Responsável Técnico, a qualquer momento, a CONTRATADA deverá protocolizar pedido formal à Fiscalização, acompanhado da Declaração solicitada e da documentação de qualificação do novo profissional, que deve ser equivalente ou superior às exigências do contrato, conforme as diretrizes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.7. Da Vistoria

13.7.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, mas considerada de suma importância para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas, agendar com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, via e-mail: engenharia@defensoria.pr.def.br.

13.7.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

13.7.3. Caso o licitante opte por realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de visita assinada pelo responsável técnico do licitante, conforme Apêndice VI.

13.7.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Apêndice VII.

13.7.4.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

13.7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do Apêndice VII.

13.7.6. Todos os custos associados às eventuais visitas e inspeções serão de inteira responsabilidade dos proponentes.

13.7.7. A habilitação da arrematante será verificada por consulta ao SICAF ou CAUFPR, bem como à documentação complementar que comprove o cumprimento dos requisitos previstos neste capítulo, a ser anexada ao sistema www.gov.br/compras, nos termos deste edital.

13.7.8. A licitante deverá confirmar se todos os documentos solicitados neste edital para verificação da habilitação estão inseridos e atualizados no sistema SICAF ou CAUFPR, caso contrário deverá providenciar a sua juntada.

13.8. Somente será considerada habilitada a arrematante que preencha os requisitos de habilitação na data da primeira sessão.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

14.1. Sob pena de inabilitação, os documentos deverão se referir ao CNPJ cadastrado no sistema www.gov.br/compras para a participação do certame.

14.1.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e no caso daqueles documentos que pela própria natureza forem emitidos somente em nome da matriz (FALÊNCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

14.1.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato e emitir as respectivas faturas com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para o faturamento, discriminando o item ou grupo respectivo, quando for o caso.

14.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a microempresa ou empresa de pequeno porte seja habilitada e declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

14.2.1. Na hipótese do item 14.2 será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do momento em que a arrematante for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito tributário ou fiscal, e obtenção das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.2.2. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultado



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

14.3. Toda a documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor e, quando omissa, será aceita por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

14.4. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital pela arrematante, o Pregoeiro a declarará vencedora e encaminhará o certame à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14.5. Caso esteja sendo exigido atestado de capacidade técnica, ele poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.5.1. A arrematante poderá disponibilizar todas as informações que entender necessárias à comprovação da legitimidade do atestado, tais como contratos, notas de empenho, notas fiscais etc.

14.5.2. A ausência de algum dos requisitos do atestado ou dúvidas com relação ao seu conteúdo não o invalidarão se a informação puder ser obtida por diligência ou por meio de outros documentos.

15. DA AMOSTRA

15.1. Não será exigida a apresentação de amostra na presente licitação.

16. DOS RECURSOS

16.1. Qualquer licitante poderá manifestar a intenção de recorrer em campo próprio do sistema, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, sob pena de preclusão.

16.1.1. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.1.1.1. Uma vez aceita a intenção de recurso, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

16.1.2. Será assegurada à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, que deverá ser solicitada via e-mail para o endereço licitacoes@defensoria.pr.def.br.

16.1.3. As razões recursais devem ser encaminhadas em campo próprio do sistema www.gov.br/compras.

16.2. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

16.3. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

16.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

16.5. Não havendo recurso, o Pregoeiro encaminhará o procedimento à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar a licitação.

17. DA CONTRATAÇÃO

17.1. Homologado o resultado da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

17.2. A DPE-PR convocará a licitante vencedora para assinatura do Termo de Contrato, eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, ou presencialmente, informando o local, data e hora, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua convocação.

17.2.1. O prazo de convocação de que trata o item 17.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

17.2.2. Será permitida a assinatura eletrônica da Ata, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 17.2.

17.2.3. A DPE-PR também poderá enviar a Ata para assinatura da licitante, que deverá devolvê-la assinada no prazo previsto no item 17.2.

17.3. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

17.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

17.5. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 17.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

17.6.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

17.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

17.8. A regra do item 17.7 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 17.6.1.

17.9. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos itens 17.4 e 17.6.

17.10. Farão parte da contratação, independentemente de suas transcrições, as condições estabelecidas neste edital e na proposta da adjudicatária.

17.11. A correta emissão da nota fiscal é de responsabilidade da contratada e o faturamento deverá obedecer à legislação tributária que rege a matéria, devendo retratar a realidade da operação realizada e seus respectivos valores.

18. DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO, GESTÃO, RECEBIMENTO DO OBJETO E PAGAMENTO

18.1. As condições de execução, fiscalização, gestão, recebimento do objeto e pagamento estão previstas no Termo de Referência (Anexo I).

18.2. É vedado participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, quem mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

19. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

19.1. As licitantes e a contratada deverão atender às disposições contidas na Lei Federal nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, motivo pelo qual, no decorrer da licitação e de todo o período contratual, conduzirão suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis, não podendo dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direta ou indiretamente, de qualquer valor, a quem quer que seja, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios, e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

20. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A disciplina acerca das sanções administrativas encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I).

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A licitante ou o interessado em participar da presente licitação consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais para finalidade específica, conforme a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), a Lei nº 12.527/2011 e o princípio constitucional da publicidade.

21.2. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

21.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as demais regras previstas no artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido no preâmbulo deste edital, salvo comunicação do Pregoeiro em contrário.

21.5. É facultado ao agente de contratação, Pregoeiro, comissão de contratação e/ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação.

a) promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a juntada de novos documentos quando necessários para complementar informações acerca daqueles já apresentados pela licitante e que se refiram a fato pré-existente à abertura do certame, bem como aqueles destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas;

b) adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou da proposta, ou complementar a instrução do processo, desde que não seja alterada a substância da proposta;

c) convocar licitantes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários;

d) solicitar os documentos apresentados de forma eletrônica em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, no prazo estabelecido.

21.6. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

21.7. O Pregoeiro poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

21.8. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente,

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA

DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

21.9. O presente edital e todos os seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe ou condição mencionado em um documento, mesmo que omitido em outro, será considerado especificado e válido para esta licitação.

21.10. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.12. O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas eventuais questões não resolvidas na esfera administrativa.

21.13. Acompanham o presente edital e dele constituem parte integrante os seguintes anexos (todos os documentos estão disponíveis para conferência e download no site <https://transparencia.defensoria.pr.def.br/licitacoes-contratos/relacao-licitacoes>, sendo que os documentos técnicos também estão disponíveis no link: Poderá ser acessado pelo link: https://drive.google.com/drive/folders/1W1t2verVRuVNyy-WGAHb1K1IJ5ut532-?usp=drive_link

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA - PROJETOS EXECUTIVOS

APÊNDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA - MEMORIAL DESCRITIVO

APÊNDICE III DO TERMO DE REFERÊNCIA - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

APÊNDICE IV DO TERMO DE REFERÊNCIA - COMPOSIÇÃO DO BDI

APÊNDICE V DO TERMO DE REFERÊNCIA - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

APÊNDICE VI DO TERMO DE REFERÊNCIA - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA AO IMÓVEL

APÊNDICE VII DO TERMO DE REFERÊNCIA - DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

APÊNDICE VIII DO TERMO DE REFERÊNCIA - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

APÊNDICE IX DO TERMO DE REFERÊNCIA - DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E COMPROMISSO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.



DPE **PR**

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

Curitiba, data da assinatura digital.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90015/2026 – Protocolo n.º 26.00000002668-8.

ANEXO I -TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços comuns de engenharia relativos à implantação do sistema de climatização da nova sede da Administração Central da Defensoria Pública do Estado do Paraná, em Curitiba, contemplando o fornecimento e a instalação de equipamentos, materiais, infraestrutura e demais componentes previstos no projeto executivo previamente contratado pela Administração, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. **Justificativa para a contratação:** A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR), no contexto de seu Plano de Expansão previsto no Planejamento Estratégico institucional, está em processo de instalação de sua nova sede administrativa na cidade de Curitiba, destinada a concentrar a Administração Central e setores estratégicos da Instituição. A mudança para o novo imóvel tem por objetivo modernizar a gestão, racionalizar fluxos internos, centralizar atividades administrativas e proporcionar melhores condições de trabalho aos membros, servidores e colaboradores.

1.3. O imóvel encontra-se em fase de adequação para atender às necessidades institucionais, contemplando intervenções estruturais e de infraestrutura compatíveis com o porte e a complexidade da nova sede. Dentre as soluções necessárias para viabilizar a plena ocupação do espaço, destaca-se a implantação de sistema de climatização adequado às características físicas do edifício e às exigências de conforto térmico, salubridade e eficiência energética.

1.4. Atualmente, o imóvel não dispõe de sistema de climatização compatível com a futura ocupação institucional, seja em termos de capacidade, distribuição, controle térmico ou desempenho energético. Assim, para que o prédio possa ser utilizado de forma regular, contínua e em conformidade com normas técnicas aplicáveis, faz-se necessária a execução do projeto de climatização previamente contratado pela Administração, abrangendo a instalação da infraestrutura e dos equipamentos especificados, bem como os testes e procedimentos técnicos correspondentes.

1.5. **Justificativa para as quantidades a serem contratadas:** A estimativa dos quantitativos a serem contratados decorre diretamente do projeto executivo de climatização previamente contratado pela DPE/PR, elaborado com base nas características físicas do imóvel, no programa de necessidades da nova sede

administrativa e na ocupação integral prevista. O projeto contemplou o levantamento das áreas a serem climatizadas, o cálculo das cargas térmicas e o dimensionamento dos equipamentos, da infraestrutura e dos demais componentes necessários ao adequado funcionamento do sistema, de modo que os quantitativos previstos no Termo de Referência corresponderão às especificações e planilhas técnicas ali definidas, assegurando coerência entre o planejamento, a solução técnica adotada e a execução contratual.

1.6. Resultados esperados com a contratação: Com a presente contratação, espera-se: a) Conforto térmico e salubridade ambiental, por meio da implantação do sistema de climatização dimensionado no projeto executivo, assegurando condições adequadas de temperatura, umidade e qualidade do ar para os ambientes de trabalho e atendimento ao público; b) Eficiência energética e racionalização de custos operacionais, a partir da seleção e instalação de equipamentos e componentes com desempenho compatível com as especificações do projeto, com expectativa de redução de consumo e de intervenções corretivas recorrentes e c) Compatibilidade técnica com a infraestrutura do imóvel, assegurando a correta integração do sistema de climatização aos elementos elétricos, civis e arquitetônicos do prédio, conforme interfaces definidas no projeto e na gestão de interferências com os demais serviços de adequação em curso.

1.7. A descrição sumária do serviço será apresentada no quadro a seguir:

ITEM 1	Participação geral /ME EPP					
	Benefícios LC 123/2006			Sim () Não ()		
	Qtd	Unidade de Medida	Catser	Especificações	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	1	Serviço	2020	Serviço comum de engenharia para execução do sistema de climatização da nova sede da Administração Central da Defensoria Pública do Estado do Paraná.	R\$ 2.293.683,08	R\$ 2.293.683,08
VALOR MÁXIMO DO ITEM					R\$ 2.293.683,08	

*HAVENDO DIVERGÊNCIA ENTRE O CÓDIGO CATSER E O DESCRITIVO DO TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECE A DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

1.7.1.

DETALHAMENTO DO OBJETO

1.7.1.1.

Os detalhes da adequação constam no

[Apêndice I - Projeto Executivo.](#)

1.7.1.2. A especificação técnica dos itens constam no [Apêndice II - Memorial Descritivo.](#)

1.7.1.3. O custo estimado total da contratação estará definido, conforme custos unitários apostos nas planilhas orçamentárias constantes no [Apêndice III - Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços.](#)

1.7.1.3.1. Os custos com materiais e serviços necessários à execução do objeto consideram as composições e preços de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI (com desoneração), divulgado mensalmente pela Caixa Econômica Federal, adotado como base referencial para a estimativa de custos desta contratação.

1.7.1.3.2. Sobre os custos com materiais e serviços da Tabela SINAPI foram aplicados os Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, conforme cálculo apresentado no [Apêndice IV](#), no percentual de 25,83% (vinte e cinco inteiros e oitenta e três centésimos por cento) para serviços convencionais e 15,28% (quinze inteiros e vinte e oito centésimos por cento) para equipamentos e serviços de natureza específica.

1.7.1.3.2.1. Caberá ao licitante apresentar a sua composição de BDI, quando da apresentação da sua proposta, sob pena de desclassificação.

1.7.1.3.2.2. Caberá ao licitante apresentar a sua composição dos Encargos Sociais, quando da apresentação da sua proposta, sob pena de desclassificação.

1.7.1.4. Os serviços objeto desta contratação serão prestados no prédio da nova sede administrativa da DPE-PR, localizado na Avenida João Gualberto, nº 717, bairro Alto da Glória, Curitiba/PR, CEP 80030-000.

1.7.2. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

1.7.2.1. Para a formulação da proposta, é imprescindível que o licitante conheça integralmente o Edital de Licitação e suas partes integrantes, que serão exigidos durante a execução do objeto, destacando-se considerar, para a formulação da proposta, de forma não exaustiva, que a CONTRATADA deverá:

1.7.2.1.1. Executar o projeto de climatização apresentado pela Defensoria Pública, observando o memorial descritivo e demais documentos técnicos anexos, com **fornecimento de catálogos e fichas técnicas do fabricante**

(datasheets), quando aplicável, dos equipamentos e componentes a serem empregados, para avaliação e aprovação da fiscalização, especialmente na hipótese de indicação de itens equivalentes aos previstos como referência técnica;

1.7.2.1.2. Elaborar planejamento e cronograma factível, realista e exequível de mobilização, equipe, insumos e execução, de acordo com a vigência contratual máxima, submetendo-o à avaliação e acompanhamento da fiscalização contratual;

1.7.2.1.3. Montar o canteiro para a execução dos serviços em local indicado pela fiscalização do contrato, para atividades, serviços e armazenamento de ferramentas, materiais e mão de obra durante o período de execução do escopo contratado;

1.7.2.1.4. Executar os serviços de implantação do sistema de climatização da nova sede da Administração Central da Defensoria Pública, conforme escopo definido neste Termo de Referência e nos documentos técnicos disponibilizados, abrangendo o fornecimento e instalação dos equipamentos, materiais e infraestrutura correlata previstos, bem como os testes, ajustes e comissionamento requeridos;

1.7.2.1.5. Atuar em conjunto, quando necessário, com outros prestadores de serviço que executarão intervenções concomitantes no imóvel, em especial aqueles responsáveis por: (i) infraestrutura elétrica, lógica e luminotécnica; (ii) instalação de forro, divisórias, portas e rodapés; (iii) adequação hidrossanitária em áreas específicas; (iv) implantação/adequação do sistema de prevenção e combate a incêndio e pânico (PCIP); (v) instalação de mobiliário e persianas; bem como com serviços continuados alocados no imóvel, tais como vigilância, portaria, limpeza e manutenções em geral;

1.7.2.1.6. Planejar integralmente a entrega de equipamentos e materiais, considerando as características de tráfego e circulação urbana do local do imóvel, responsabilizando-se por autorizações prévias e pela logística de transporte, carga e descarga, bem como pelo armazenamento temporário, quando aplicável;

1.7.2.1.7. Realizar, obrigatoriamente, a limpeza e a organização diária do canteiro e das áreas internas de execução, mantendo ferramentas guardadas e ambiente sem resíduos, restos de materiais ou sujeira ao final de cada jornada, condição passível de verificação pela fiscalização e de adoção de medidas contratuais em caso de descumprimento.

2. DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual da Defensoria Pública do Estado do Paraná (PCA), registrada sob o número 023/2026.

3. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

3.1. Tipo de contratação: Pregão eletrônico.

3.1.1. A contratação para execução do sistema de climatização da nova sede da Administração Central envolve serviços comuns de engenharia, pois abrange atividades de fornecimento e instalação de equipamentos e infraestrutura correlata (tais como suportes, tubulações, isolamentos, redes elétricas e demais componentes previstos), bem como testes, ajustes e comissionamento, conforme especificações técnicas definidas no projeto executivo previamente contratado pela Administração. Trata-se de objeto com soluções e rotinas amplamente praticadas no mercado, com materiais e tecnologias usuais e disponibilidade de mão de obra especializada.

3.2. Os serviços a serem prestados podem ser descritos e medidos objetivamente no edital, com base em especificações usuais de mercado e em parâmetros técnicos do projeto, permitindo a compreensão clara das condições de execução, dos critérios de aceitação e das obrigações contratuais pelos potenciais licitantes.

3.3. Assim, o pregão eletrônico se mostra adequado às características do objeto, por se tratar de serviço comum de engenharia, favorecendo a competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a legislação aplicável às contratações públicas.

3.4. Não será adotado o Sistema de Registro de Preços para a presente contratação, dado o seu caráter pontual e de entregas específicas e determinadas no tempo.

3.5. Critério de julgamento: O critério objetivo de julgamento das propostas é o menor preço, conforme estabelecido pela legislação vigente para serviços comuns de engenharia. Nesse caso, o preço é o principal fator a ser considerado na seleção da proposta mais vantajosa para a administração, desde que atendidos os requisitos técnicos mínimos exigidos.

3.6. Critério de adjudicação: O critério de adjudicação será por grupo (lote único), tendo em vista a inexistência de vantajosidade técnica ou econômica no parcelamento do objeto e a necessidade de execução integrada do sistema de climatização, que demanda compatibilidade técnica entre equipamentos, materiais e infraestrutura,

coordenação das frentes de trabalho, responsabilidade única pela entrega do conjunto em funcionamento e realização de testes, ajustes e comissionamento, reduzindo riscos de incompatibilidades e retrabalhos durante a implantação.

3.7. Critério de aceitabilidade de preços: Não serão aceitas propostas com valores superiores aos estimados para esta contratação, analisando-se tanto o preço global quanto os preços unitários, em face do detalhamento do orçamento de referência contido no Apêndice III.

3.7.1. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, durante a fase de julgamento das propostas, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade, nos termos do art. 59, §3º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

3.8. Possibilidade de participação de consórcios de empresas: Será permitida a participação de consórcios na presente licitação, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.8.1. A formação de consórcios deverá observar as condições estabelecidas na legislação, de modo que as empresas associadas atendam plenamente às exigências técnicas e operacionais estabelecidas para a execução do objeto contratual.

3.9. Previsão de subcontratação: não será permitida a subcontratação do objeto, uma vez que a implantação do sistema de climatização demanda execução integrada e coordenação contínua das frentes de trabalho (fornecimento, instalação da infraestrutura e dos equipamentos, interligações, testes e comissionamento).

3.10. Não há óbices para a aplicação de adoção do tratamento diferenciado para microempresas, empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

4. DOS REQUISITOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é facultativa, mas considerada de suma importância para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas, agendar com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, via e-mail: engenharia@defensoria.pr.def.br.

4.1.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.1.2. Caso o licitante opte por realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de visita assinada pelo responsável técnico do licitante, conforme Apêndice VI.

4.1.3. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme Apêndice VII.

4.1.3.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.1.4. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo do Apêndice VII.

4.1.5. Todos os custos associados às eventuais visitas e inspeções serão de inteira responsabilidade dos proponentes.

4.2. Qualificação Econômica-Financeira

4.2.1. Para fins de comprovação de qualificação econômico-financeira, o licitante deverá apresentar:

4.2.2. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples.

4.2.3. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.2.4. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

4.2.4.1. Índices de Liquidez Geral (LG) superior a 1(um)¹;

4.2.4.2. Liquidez Corrente (LC) superior a 1(um)²;

¹ Para garantir que a empresa possui fôlego para manter o suporte, os testes de comissionamento e a garantia técnica sistêmica sem o risco de insolvência imediata.

² Para atestar a capacidade de pagamento das obrigações de curtíssimo prazo, como folha de pagamento da equipe de instalação e compra de materiais de consumo.

4.2.4.3. Solvência Geral (SG) superior a 1 (um)³.

4.2.5. Comprovação de patrimônio líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado constante da planilha de formação de preços apresentada pela licitante⁴, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

4.2.5.1. A exigência de comprovação de patrimônio líquido, em montante equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado para a presente contratação, se justifica no fato de que a licitante vencedora deverá dispor de recursos suficientes para cobrir os custos e despesas iniciais para a correta execução do contrato.

4.2.5.2. A insuficiência de capacidade econômico-financeira poderá ensejar atrasos na execução contratual, especialmente na fase inicial de mobilização, aquisição e logística de entrega dos equipamentos do sistema VRF e dos materiais de instalação (tubulações, isolamentos, suportes, componentes elétricos e de controle), bem como na disponibilização de equipe técnica qualificada, com impactos no cumprimento de prazos, na realização de testes, ajustes e comissionamento e, por consequência, no recebimento do objeto.

4.2.5.3. A exigência de patrimônio líquido mínimo em face do objeto, nesse sentido, é um fator relevante para a análise de qualificação econômico-financeira, dessa maneira, previsto no art. 69, §4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, com o objetivo de selecionar empresas com saúde financeira para adimplir as obrigações pactuadas.

4.2.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

4.2.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.2.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme art. 65, §1º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

³ Para demonstrar a independência financeira da empresa frente a credores, diminuindo o risco de colapso por choques econômicos externos durante a vigência do contrato.

⁴ Para garantir que a licitante possui o "lastro", o porte e o enraizamento de capital compatíveis com os custos prévios inerentes à aquisição de equipamentos VRF.

4.2.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante/fornecedor, sem prejuízo de verificação e diligências pela Administração, quando cabível.

4.3. Qualificação Técnica

4.3.1. Requisito Técnico Operacional:

4.3.1.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, o licitante deverá:

4.3.1.1.1. Declaração formal de que o licitante ou de um responsável técnico do LICITANTE tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme Apêndice VIII.

4.3.1.1.2. A empresa licitante deverá possuir registro ou inscrição válido no CREA da região a que estiver vinculada, que comprove o desempenho de atividade relacionada com o objeto desta licitação.

4.3.1.2. Apresentar atestado ou declaração de capacidade técnica, em nome da licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho comprovando:

4.3.1.2.1. Execução de serviços de fornecimento e instalação de sistema de climatização do tipo VRF/VRV (Volume de Refrigerante Variável), incluindo o fornecimento e a instalação de unidades condensadoras e evaporadoras, bem como a execução da infraestrutura indispensável ao funcionamento do sistema (linhas frigoríferas, isolamento térmico, drenagem de condensado, suportação, interligações elétricas e demais serviços correlatos), em edificação de uso administrativo, com área mínima de 1.500 m² **ou** com capacidade de refrigeração mínima de 80 TR (toneladas de refrigeração).

4.3.1.2.1.1. Os quantitativos exigidos para fins de qualificação técnica referem-se tanto à área de execução do objeto quanto à capacidade frigorífica do sistema de climatização do tipo VRF, admitindo-se a comprovação por meio de atestados que contemplem qualquer uma dessas métricas. No que se refere à metragem quadrada, o quantitativo mínimo exigido corresponde a 44,5% da área total de 3.366,00 m² onde os serviços serão executados. Alternativamente, quanto à capacidade do sistema VRF, admite-se a comprovação por meio de atestado que demonstre a execução de, no mínimo, 50% da capacidade total prevista, correspondente a 161 TR (toneladas de refrigeração), conforme o Projeto de Climatização constante do Apêndice I.

4.3.1.2.1.2. Não se admite o somatório de atestados para a comprovação do quantitativo mínimo de capacidade técnico-operacional, pois a exigência busca aferir a aptidão da licitante para executar, em uma única contratação, parcela de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, em porte compatível com a presente contratação. No caso concreto, a execução do sistema de climatização VRF/VRV não se resume ao fornecimento isolado de equipamentos ou à instalação segmentada de componentes, mas envolve atuação integrada e simultânea sobre unidades condensadoras e evaporadoras, linhas frigorígenas, drenagem, isolamento, suportação, interligações elétricas e demais interfaces indispensáveis ao funcionamento do sistema, em edificação de uso administrativo. Tal contexto demanda coordenação operacional unificada, gerenciamento de frentes de serviço, compatibilização com as condições da edificação e controle de interferências técnicas, de modo que a experiência pulverizada em contratações diversas não evidencia, com a mesma segurança, a capacidade operacional necessária.

4.3.1.2.2. O atestado de capacidade técnica poderá ser apresentado em nome da matriz ou da filial da empresa licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

4.3.1.2.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

4.3.2. Requisitos Técnico - Profissional

4.3.2.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, o licitante deverá apresentar:

4.3.2.2. Certidões de Acervo Técnico dos profissionais responsáveis, emitidas pelo respectivo Conselho Profissional competente, acompanhadas das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), devendo ser apresentada, obrigatoriamente, uma certidão para cada profissional indicado, em seu respectivo nome, contemplando atestados devidamente registrados no acervo, emitidos por contratantes dos serviços, pessoas jurídicas de direito público ou privado, vedada a emissão de atestados pela própria licitante, observados os seguintes requisitos:

a) Para o Engenheiro Mecânico, com inscrição válida no respectivo conselho profissional, comprovação de experiência em serviços de instalação de sistemas de ar-condicionado do tipo VRF (Volume de Refrigerante Variável), em edificação de uso

administrativo, com área mínima de 1.500 m² ou com capacidade de refrigeração mínima de 80 TR (toneladas de refrigeração);

b) Para o Engenheiro Eletricista, com inscrição válida no respectivo conselho profissional: comprovação de experiência em serviços de instalações elétricas em edificação com área mínima de 1.500 m².

4.3.2.2.1. A comprovação da qualificação técnico-profissional deverá ser atendida cumulativamente por ambos os profissionais indicados.

4.3.2.2.2. Não será admitida a somatória de atestados, uma vez que se faz necessária a comprovação de experiência na instalação de sistema de climatização do tipo VRF em edificação de uso administrativo, com complexidade técnica similar à do objeto desta contratação, bem como na execução integrada do sistema, considerando tratar-se de um sistema único de climatização.

4.3.2.3. Para demonstração de regularidade do profissional, deve-se apresentar Certidão de registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), comprovando habilitação e inscrição ativa do(s) Responsável(is) Técnico(s), para o exercício regular da profissão, na forma da legislação vigente⁵.

4.3.2.4. O profissional Responsável Técnico deverá comprovar, para fins de contratação, pertencer ao quadro permanente da empresa ou ter contrato como autônomo, mediante a cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT.

4.3.2.4.1. Caso a empresa não possua em seu quadro ou como autônomo, o referido profissional, a mesma poderá apresentar uma declaração de promessa de contratação de profissional, juntamente com toda a documentação solicitada para que se permita aferição da qualificação do profissional a ser contratado caso a proponente seja a vencedora da contratação.

4.3.2.4.2. Declaração de Responsabilidade Técnica, conforme modelo fornecido no Apêndice IX, indicando 1 (um) responsável técnico pela execução dos serviços contratados.

4.3.2.4.2.1. A Declaração de Responsabilidade Técnica refere-se ao compromisso de participação de profissional indicado pela proponente, o qual deverá declarar que

⁵ O objeto deve ser acompanhado por profissionais legalmente habilitados e em conformidade com a habilitação profissional definida na resolução n.º 218, do CONFEA, ou conselho de classe competente, que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais.

participará, de forma efetiva, da execução do objeto desta contratação a serviço da empresa, do objeto desta contratação, permanecendo à disposição durante toda a vigência contratual e atendendo prontamente às solicitações da fiscalização da DPE/PR.

4.3.2.4.2.2. Caso haja indicação de mais de um responsável técnico, inclusive como corresponsável, todos deverão constar na referida declaração e apresentar a mesma documentação exigida para o responsável técnico principal, sob pena de não serem posteriormente reconhecidos para fins de execução contratual.

4.3.2.4.2.3. Em caso de necessidade de substituição do Responsável Técnico, a qualquer momento, a CONTRATADA deverá protocolizar pedido formal à Fiscalização, acompanhado da Declaração solicitada e da documentação de qualificação do novo profissional, que deve ser equivalente ou superior às exigências do contrato, conforme as diretrizes da Lei Federal n.º 14.133/2021.

4.4. Documentação Técnica

4.4.1. Para fins de aferição do atendimento às especificações técnicas, na fase de julgamento, será solicitada ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar a apresentação de catálogos e/ou fichas técnicas (datasheets) do fabricante, ou documentos técnicos equivalentes, que permitam verificar a conformidade dos itens ofertados com o Termo de Referência e com o projeto executivo, no mínimo para:

4.4.1.1. Unidades externas (condensadoras) do sistema VRF;

4.4.1.2. Unidades internas (evaporadoras) do sistema VRF, conforme os tipos e capacidades previstos em projeto;

4.4.1.3. Controles/termostatos e, quando aplicável, sistemas de controle centralizado/supervisão e respectivas interfaces de comunicação;

4.4.1.4. Componentes proprietários e acessórios necessários à integração do sistema previstos em projeto (tais como caixas de derivação/seleção, módulos, interfaces e controladoras), quando aplicável;

4.4.1.5. A Defensoria Pública, a seu critério, poderá exigir complementação da documentação técnica, em prol da aferição do atendimento dos requisitos técnicos de cada item.

4.4.2. Considerando a natureza do objeto em tela, não haverá necessidade de amostras para fins de julgamento de proposta.

4.5. Condições de Habilitação

4.5.1. A habilitação jurídica será comprovada por meio da apresentação da seguinte documentação, de acordo com o caso, e acompanhadas de todas as alterações ou da respectiva consolidação:

4.5.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.5.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.5.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.5.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.5.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

4.5.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.5.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.5.1.8. Para a habilitação jurídica, a CONTRATADA deverá demonstrar ser do ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, nos termos do inciso II do Artigo 68 da Lei 14.133/2021.

4.5.2. Para fins de análise da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista, bem como para verificar se há algum impedimento para contratação do fornecedor beneficiário, serão considerados os seguintes documentos:

4.5.2.1. Certidão de regularidade fiscal e previdenciária federal emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

4.5.2.2. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual ou Distrital.

4.5.2.3. Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda Pública Municipal, caso a sede da empresa não seja no Distrito Federal.

4.5.2.4. Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal.

4.5.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);

4.5.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.5.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.5.2.8. As certidões poderão ser substituídas pela certidão emitida pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.5.3. **Certidões Negativas de Inidoneidade e Impedimento**

4.5.3.1. Para verificar a existência de impedimentos para a contratação do fornecedor beneficiário, serão consultadas as seguintes bases de dados:

4.5.3.2. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.5.3.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

4.5.3.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.

4.5.3.5. Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná.

4.5.3.6. Cadastro de Sanções Administrativas da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

5. DA FORMALIZAÇÃO, PRAZO DE VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

5.1. Homologado o resultado da dispensa da licitação pela autoridade competente, será firmado Termo de Contrato.

5.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no aviso de dispensa.

5.3. A assinatura do Termo de Contrato deverá ser promovida por representante legal do fornecedor, ou por mandatário mediante a apresentação de procuração com firma reconhecida outorgada por representante legal deste.

5.4. A convocação para a assinatura do Termo de Contrato será realizada de forma eletrônica no e-mail indicado pelo fornecedor em sua proposta de preços, modo pelo qual também serão formalizadas outras comunicações acerca dos atos do presente procedimento.

5.5. O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela DPE/PR.

5.6. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração verificará se o adjudicatário mantém as condições de habilitação exigidas por ocasião da licitação.

5.7. O prazo de vigência da contratação terá início com sua publicação no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) e vigorará por 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, sendo prorrogável na forma do artigo 111 da Lei n.º 14.133/2021.

5.8. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura emitirá a Ordem de Serviço a cada etapa, exclusivamente para formalizar o marco inicial de cada etapa específica da execução contratual, a qual se inicia com a assinatura do contrato, não se caracterizando como autorização para início da execução do objeto, mas como instrumento de organização, controle e acompanhamento das fases, em conformidade com o cronograma físico-financeiro previsto, conforme descrito na seção que trata do Regime de Execução.

6. DO MODELO DE GESTÃO

6.1. O gestor e o fiscal técnico do contrato serão designados pela Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios.

6.2. O fiscal técnico será designado de acordo com a indicação da Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

6.3. As comunicações durante a execução contratual serão realizadas por meio de ofício e/ou correspondência eletrônica pelo e-mail: engenharia@defensoria.pr.def.br, e serão expedidas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) ou órgão competente.

6.3.1. A CONTRATADA deverá manter canal de comunicação junto ao CONTRATANTE a partir do início da vigência do Termo de Contrato.

6.3.2. Toda a documentação, fatos relevantes, alterações, entre outros, deverão ser comunicados e decididos por meio de correspondência eletrônica ou registradas em ata de reunião assinada pelas partes.

6.3.3. Todas as comunicações e registros serão juntados pelo fiscal do contrato no processo de acompanhamento da execução contratual.

6.4. Pedidos referentes a reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação, alterações e rescisão, serão destinados a fiscalizacao@defensoria.pr.def.br. (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios - CFIS). De igual modo, deverão ser encaminhados para esta Coordenadoria, os assuntos relacionados a pagamentos, demais encargos, verificação de nota débito e certidões.

6.5. responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas especialmente no Anexo XII da Resolução DPG n° 375/2023.

6.6. gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6.7. CONTRATANTE reserva-se ao direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços contratados.

6.8.

o Preposto

6.8.1.

empresa deverá indicar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do início da vigência

contratual, preposto para representá-la na execução e gestão contratual, contendo, no mínimo, nome completo, RG, CPF, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

6.8.1.1.

m caso de alteração desses dados, deverá a Contratada comunicar imediatamente a Contratante para os devidos registros, sob pena de ser considerado válido qualquer eventual ato dirigido àquela.

6.8.2.

CONTRATADA deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período total de execução do objeto.

6.8.3. O Responsável Técnico da empresa deverá atender imediatamente e fornecer todas as informações solicitadas, especialmente para questões que exijam sua intervenção direta.

6.8.4.

contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.8.5. Do Fiscal do Contrato

6.8.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, podendo contar com apoio a fiscalização de empresas e profissionais de acordo com a necessidade.

6.8.5.2. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.5.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.5.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.5.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.5.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.5.7. O fiscal do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço (quando houver), do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.5.8. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.8.5.9. O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.8.6. Do Gestor do Contrato

6.8.6.1.

A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas especialmente no Anexo XII da Resolução DPG n° 375/2023.

6.8.6.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.8.6.3. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.6.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n° 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

6.8.6.5. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização do contrato, nos termos do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A contratada deverá estar cadastrada no SICAF, para realizar o cadastro, deverá acessar o Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

7.2. Executar fielmente os serviços, de acordo com a Especificação Técnica e ainda nos termos da Legislação que rege a matéria vigente, bem como em observância às cláusulas e condições estabelecidas no futuro contrato e às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado.

7.3. A Contratada deverá providenciar o registro das Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) antes do início da execução dos serviços, devendo apresentá-las ao Gestor do Contrato. Os custos relacionados à emissão das ARTs serão de responsabilidade da CONTRATADA.

7.4. Planejar integralmente a entrega dos itens, considerando as características de tráfego e circulação urbana do local do imóvel onde deverá ser realizada a entrega, responsabilizando-se por autorizações prévias e toda a logística de transporte.

7.5. Elaborar o Relatório Diário de Serviços (RDS) com data e foto dos serviços executados, enviando-os diariamente ao fiscal do contrato.

7.6. A CONTRATADA deverá atuar em estreita colaboração com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura da DPE/PR, mantendo comunicação contínua e relatórios atualizados sobre o andamento das atividades.

7.7. A CONTRATADA deverá zelar pela qualidade dos materiais e equipamentos fornecidos pela DPE/PR, quando for o caso, garantindo que estejam em perfeitas condições de uso, sem defeitos ou falhas que possam comprometer a realização do evento.

7.8. A CONTRATADA deverá cumprir todas as normas e regulamentos aplicáveis, incluindo legislação trabalhista, normas de segurança do trabalho, regulamentações ambientais, entre outras.

7.9. A empresa CONTRATADA deverá comunicar à Defensoria Pública imediatamente e por escrito, toda e qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços.

7.10. Atender e manter, durante a execução do futuro contrato, os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional para prestar os serviços contratados com qualidade, utilizando-se de técnicos qualificados, atendendo aos prazos e condições convencionados.

7.11. A empresa deverá submeter-se à fiscalização periódica da DPE/PR, a qual, se constatar irregularidade nos serviços, adotará as providências necessárias para a sua normalização, assistindo inclusive ao contratante o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato.

7.12. Apresentar a respectiva nota fiscal, quando de sua conclusão do objeto, na qual constarão as indicações necessárias, prazos de garantia, entre outras informações, conforme o caso.

7.13. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia ou imprudência, dos seus representantes ou seus respectivos prepostos.

7.14. A CONTRATADA deve atender nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e determinações regulares emitidas pela autoridade designada para gerir, acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior, bem como atender tempestivamente às diligências para a regular gestão do instrumento contratual.

7.15. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado no Termo de Referência, o objeto nos quais se verificarem vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução do serviço.

7.16. Responsabilizar-se por quaisquer vícios e danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por negligência, imperícia ou imprudência, dos seus representantes ou seus respectivos prepostos, de acordo com os artigos 14, 17 e 20 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

7.17. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do início e da conclusão dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.18. Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá utilizar produtos específicos para o fim a que se propõe a presente contratação, em plena conformidade com as instruções do fabricante e legislação pertinente.

7.19. A CONTRATADA deverá apresentar funcionários devidamente identificados com nome do profissional, sua função e nome da empresa.

7.20. A CONTRATADA deverá fornecer o material e equipe técnica qualificada, assim como os equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas e equipamentos, realizando os serviços de acordo com as normas vigentes e com o manual dos equipamentos instalados.

7.21. A CONTRATADA deverá submeter-se à fiscalização periódica da DPE/PR, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a sua normalização, assistindo inclusive ao contratante o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato.

7.22. A CONTRATADA deverá manter telefone fixo e móvel disponível para contato durante horário comercial, através do qual a fiscalização se reportará acerca de assuntos referentes à execução de serviços, inclusive para aqueles que por sua natureza devam ser tratados com o responsável técnico da empresa, o qual deverá imediatamente atender e fornecer todas as informações requisitadas.

7.23. A qualquer tempo, a fiscalização poderá solicitar, por motivo justificado, a substituição de qualquer membro da equipe técnica da CONTRATADA.

7.24. A critério da fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar os equipamentos ou materiais substituídos ou, antes, solicitar ou aguardar autorização prévia.

7.25. A CONTRATADA ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o contratante responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da CONTRATADA, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da CONTRATADA.

7.26. Ao término dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar o local limpo e dar a destinação correta a todo o resíduo gerado pela execução dos serviços.

7.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em

sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei no 14.133, de 2021.

7.28. A empresa CONTRATADA deverá observar a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei nº 13.853/2019.

7.29. A CONTRATADA não poderá divulgar quaisquer informações da DPE/PR sem prévia autorização formal.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Cumprir todas as normas e condições previstas na legislação correlata.

8.2. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias à execução do objeto desta licitação.

8.3. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, comunicando à CONTRATADA, por escrito, os vícios, os defeitos ou as incorreções verificadas no objeto quando da análise para recebimento, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às expensas da CONTRATADA.

8.4. Disponibilizar espaço para a guarda dos itens licitados antes da sua efetiva instalação.

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste ajuste e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

8.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer anormalidades verificadas no serviço ora contratado, para fim de adoção das providências cabíveis.

8.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este termo e seus apêndices.

8.8. Aplicar à CONTRATADA, quando for o caso, as sanções previstas nas leis e normativas vigentes.

8.9. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do objeto, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

8.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.11. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.12. As demais obrigações da CONTRATANTE encontram-se dispostas nos demais documentos pertinentes à contratação.

9. DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução será de empreitada por preço unitário.

9.1.1. A adoção do regime de empreitada por preço unitário decorre das características da execução do sistema de climatização do tipo VRF em imóvel em processo de adequação, com frentes de trabalho concomitantes e possibilidade de interferências e compatibilizações pontuais em campo, ainda que observados o projeto executivo e as especificações técnicas. Nesse cenário, a medição e o pagamento por unidades e quantidades efetivamente executadas e aceitas tendem a permitir melhor aderência entre o escopo previsto e o executado, além de favorecer o controle físico-financeiro por etapas, com rastreabilidade e registros de fiscalização, reduzindo riscos de pagamentos por itens não concluídos ou divergentes.

9.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.3. Prazos de Execução

9.3.1. A Coordenadoria de Formalização de Contratos e Convênios informará a CONTRATADA sobre o início da vigência contratual, e a Coordenadoria de Fiscalização de Contratos e Convênios fornecerá os dados de contato do Gestor e do Fiscal do Contrato, que serão responsáveis por acompanhar a execução das entregas relacionadas ao objeto contratado.

9.3.2. A execução do objeto da presente contratação terá início após a publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

9.3.2.1. O objeto contratual deverá ser entregue em até 240 (duzentos e quarenta) dias, a contar da publicação do extrato do Termo de Contrato.

9.3.2.2. O prazo de execução poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) dias, desde que solicitado de maneira fundamentada e tempestiva pela CONTRATADA, e autorizado pelo fiscal do contrato, observadas as hipóteses legais e as condições previstas nesta contratação.

9.4. Das Reuniões Iniciais

9.4.1. Reunião de Alinhamento

9.4.1.1. A Diretoria de Engenharia e Arquitetura convocará o representante da empresa CONTRATADA para Reunião Inicial de Alinhamento em até 5 (cinco) dias úteis, após publicação do extrato do Termo de Contrato (antes da emissão da ordem de serviço), a fim de alinhar as informações pertinentes à execução, realizar a apresentação do plano de fiscalização, apresentar as obrigações contratuais, os mecanismos de fiscalização, as estratégias para execução do objeto, bem como validar as premissas do planejamento executivo e dos apêndices de Cronograma Físico-Financeiro e de Critérios de Medição e Pagamento, discutindo o projeto, características específicas das instalações, logística de acesso e entrega, horários (incluindo a possibilidade de horas extras), rotinas de registro e método de aferição dos resultados, além de fixar a data para realização da Reunião de Partida, que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis, a contar da Reunião Inicial de Alinhamento.

9.4.2. **Reunião de Partida**

9.4.2.1. A Reunião de Partida tem por objetivo alinhar e verificar os itens necessários para emissão da ordem de serviço, conforme descrito no Memorial Descritivo e de acordo com o plano de ataque proposto pela CONTRATADA, com base no planejamento e no projeto executivo apresentados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, bem como confirmar as condições de prontidão para o adequado desenvolvimento das atividades, incluindo a compatibilização com frentes concomitantes no imóvel e os marcos de inspeção, testes, start-up e comissionamento necessários ao adequado funcionamento do sistema de climatização.

9.4.2.1.1. A CONTRATADA deverá apresentar, na Reunião de Partida, os documentos e serviços listados abaixo para viabilizar o adequado desenvolvimento das atividades e a execução do objeto:

9.4.2.1.1.1. Planejamento executivo: o planejamento executivo é a documentação-base para viabilizar o início das atividades em campo, devendo conter o cronograma detalhado das atividades, da execução dos serviços e de suas etapas, bem como interligações e dependências para prévia aprovação da fiscalização contratual. O cronograma deve estar alinhado com as atividades, serviços e demais contratações em andamento pela Defensoria Pública, de modo a reduzir retrabalhos e interferências, devendo constar do planejamento executivo, dentre outros, o plano de ataque, a logística de mobilização e armazenamento, os materiais e a mão de obra a serem empregados, de acordo com o Memorial Descritivo, bem como lista de fornecedores e, quando aplicável, o plano de inspeções, testes e comissionamento por etapa;

9.4.2.1.2. Lista de equipe;

9.4.2.1.3. Placa de serviço do objeto da contratação;

9.4.2.1.4. Mobilização com equipe *in loco* e estrutura de apoio necessária ao início das atividades, conforme planejamento aprovado.

9.4.2.1.5. Concluída a Reunião de Partida e aprovada a versão final do planejamento executivo pela fiscalização, considerar-se-ão atendidas as condições para o pleno desenvolvimento das atividades, no âmbito do prazo contratual já em curso, sendo emitido Ordem de serviço para inaugurar as etapas previstas no cronograma.

9.4.3. Acompanhamento da Execução e Reuniões Técnicas

9.4.3.1. No decorrer do contrato, serão realizadas Reuniões Periódicas sob a responsabilidade do fiscal do contrato, visando garantir o acompanhamento adequado e o controle efetivo do andamento dos trabalhos, inclusive quanto ao cumprimento do cronograma, à compatibilização com outras frentes e ao atendimento dos marcos de qualidade e de comissionamento previstos nesta contratação.

9.4.3.2. É de responsabilidade da CONTRATADA promover reunião de questionamento técnico do projeto junto ao fiscal do contrato para dirimir e esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir na execução, com a presença dos responsáveis pela execução do serviço e representantes da Diretoria de Engenharia e Arquitetura, além do fiscal do contrato, devendo a CONTRATADA comunicar previamente e de forma formal eventuais incompatibilidades ou impedimentos identificados, abstendo-se de executar soluções alternativas sem prévia autorização da fiscalização.

9.5. Registros de Responsabilidade Técnica

9.5.1. A Contratada deverá providenciar o registro da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do profissional responsável, devidamente habilitado pelo CREA, antes do início da execução dos serviços⁶.

9.5.1.1. Os custos relacionados à emissão de responsabilidade da CONTRATADA.

9.6. Condições Gerais de Prestação dos Serviços

9.6.1. Os serviços serão prestados no imóvel situado na Avenida João Gualberto, n.º 717, bairro Alto da Glória, Curitiba, Paraná.

9.6.2. Os serviços serão prestados em dias úteis, entre às 07h00 e 20h00, observados os limites legais de jornada de trabalho, com quantidade de pessoas condizentes com o planejamento executivo e a planilha orçamentária, admitida operação com hora extra,

⁶Art. 27. A ART relativa à execução de obra ou prestação de serviço deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes.

incluindo contratuais, quando necessário para atendimento de prazos e metas estipulados para esse Termo de Referência e seus Apêndices, observadas as condições operacionais do imóvel e as orientações da fiscalização.

9.6.3. Excepcionalmente, a entrega poderá ocorrer aos finais de semana, dado o volume de itens, desde que comprovada a inviabilidade ou grande prejuízo logístico na entrega durante dias úteis.

9.6.4. A autorização para entrega dos materiais aos finais de semana deverá ser solicitada ao fiscal do contrato com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, e será decidida sob critério exclusivo da Defensoria Pública.

9.6.5. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estimadas em planilhas de referência e demais documentos vinculados, inclusive promovendo sua substituição quando necessário, além das consideradas necessárias pela experiência da empresa e determinadas/recomendadas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura, observadas as especificações técnicas e as aprovações da fiscalização quando cabíveis.

9.6.6. A CONTRATADA deverá fornecer e manter em bom estado, todo e qualquer ferramental, EPI, EPC, insumos e tecnologias necessárias para sua equipe de trabalho, visando o rápido e bom andamento do serviço sempre que possível e/ou necessário, conforme expertise da empresa e instruções/recomendações da fiscalização.

9.6.6.1. Ocorrerão por conta da CONTRATADA todos os custos referentes a correções, refazimentos e ajustes que forem decorrentes de modificações realizadas sem a anuência do fiscal do contrato ou por não atendimento, na totalidade, das exigências da fiscalização, até o término de sua execução.

9.6.7. Dos Critérios de Medição para Recebimento do Objeto

9.6.7.1. A medição será estruturada com base nas etapas e nas quantidades efetivamente executadas e verificadas, de acordo com as unidades de medida definidas na presente contratação, observado o conteúdo dos seus Apêndices.

9.6.7.2. Para fins de medição e recebimento das etapas, a CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória da execução, incluindo, quando aplicável, registros fotográficos, relatórios de inspeção, testes de campo, relatórios de start-up/comissionamento, evidências de parametrização e funcionamento, manuais e instruções de uso dos sistemas e equipamentos instalados.

9.6.7.3. Poderá ser indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

9.6.7.3.1. deixar de produzir os resultados esperados;

9.6.7.3.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade e quantidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.6.7.3.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.6.7.4. **A aferição da execução contratual para fins de pagamento ocorrerá a cada 30 (trinta) dias e considerará os seguintes critérios:**

9.6.7.4.1. seguir o encaminhamento validado em projeto executivo ou alterações subsequentes autorizadas pela fiscalização;

9.6.7.4.2. Seguir o cronograma, planejamento e etapa correta para execução da atividade, podendo haver antecipação de atividades de etapas futuras, desde que autorizada previamente pelo fiscal do contrato e desde que não comprometa inspeções, testes e recebimentos intermediários;

9.6.7.4.3. Ser executado na totalidade do item medido, sem pendências que comprometam o recebimento da etapa, com qualidade e quantidade previstas para o escopo do serviço, bem como utilizando materiais compatíveis com as especificações, previamente aprovadas quando aplicável.

9.6.7.5. A CONTRATADA deverá elaborar e encaminhar ao fiscal do contrato, de forma diária, o Relatório Diário de Serviços (RDS), com data, descrição sintética das atividades executadas e registro fotográfico, de modo a subsidiar o acompanhamento, a conferência e as medições.

9.6.7.5.1. O RDS deverá ser numerado e rubricado pelo fiscal do contrato e pela CONTRATADA, comprovando o andamento das atividades.

9.6.7.5.2. É obrigatória a presença do fiscal do contrato no local de serviço para a escrituração do RDS.

9.6.7.5.3. O RDS deverá conter os seguintes registros da CONTRATADA:

9.6.7.5.3.1. Condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

9.6.7.5.3.2. Falhas nos serviços de terceiros não sujeitos à sua ingerência;

9.6.7.5.3.3. Consultas à FISCALIZAÇÃO;

9.6.7.5.3.4. Acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

9.6.7.5.3.5. Respostas às interpelações da FISCALIZAÇÃO;

- 9.6.7.5.3.6. Número de funcionários presentes em cada dia;
- 9.6.7.5.3.7. Outros fatos que a juízo da CONTRATADA, devam ser objeto de registro;
- 9.6.7.5.3.8. Relatório fotográfico de TODAS as atividades executadas no dia, para inspeção, conferência, registro e auxílio nas medições.
- 9.6.7.5.4. O RDS deverá conter os seguintes registros do fiscal do contrato:
- 9.6.7.5.4.1. Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no RDS;
- 9.6.7.5.4.2. Observações sobre o andamento do serviço, tendo em vista os Projetos, Especificações, prazos e cronogramas;
- 9.6.7.5.4.3. Soluções às consultas, lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para autoridade superior, quando for o caso;
- 9.6.7.5.4.4. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA, seus prepostos e sua equipe;
- 9.6.7.5.4.5. Determinação de providências para o cumprimento do Projeto e Especificações;
- 9.6.7.5.4.6. Outros fatos que, a juízo do fiscal do contrato, devam ser objeto de registro.
- 9.6.7.5.4.7. A não elaboração do RDS será considerado descumprimento contratual, passível de aplicação de multas.
- 9.6.8. O recebimento do objeto observará os seguintes procedimentos e prazos**
- 9.6.8.1. Executado o contrato, o seu objeto será recebido conforme procedimento estabelecido na Resolução DPG n.º 375/2023 e demais normas aplicáveis, observados o Cronograma Físico-Financeiro e as rotinas de fiscalização, cabendo:
- 9.6.8.1.1. A cada 30 (trinta) dias, e conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, a CONTRATADA apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, acompanhadas das evidências e documentos comprobatórios.
- 9.6.8.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante termo detalhado, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da medição, conforme o cronograma de execução estabelecido.
- 9.6.8.2.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, não dispondo de modo diverso o Termo de Referência e os demais documentos vinculados a esta contratação, considerar-se-á provisoriamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE.

9.6.8.3. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório de cada etapa de execução do objeto, não podendo ultrapassar esse prazo, salvo situação excepcional expressamente comprovada.

9.6.8.4. O recebimento definitivo de cada medição fica condicionado à demonstração de cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as suas obrigações assumidas na etapa, bem como à apresentação do documento de cobrança e dos documentos relacionados à sua categoria empresarial que permitam à CONTRATANTE prestar as informações necessárias perante o fisco, nos termos da legislação vigente.

9.6.8.5. Para efeito de recebimento definitivo de cada medição, caberá ao fiscal do contrato a análise do desempenho e da qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com as condições estabelecidas nesta contratação⁷, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato, quando aplicável.

9.6.8.6. Se a CONTRATANTE verificar inconsistência na execução do objeto ou na documentação/instrumento de cobrança, o recebimento definitivo de cada medição ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

9.6.8.6.1. Na hipótese anterior, o prazo para recebimento será interrompido, apenas sendo iniciado novamente – ou seja, os dias já decorridos serão restituídos e o prazo reiniciará do zero – após a regularização da pendência.

9.6.8.6.2. Na hipótese anterior, é vedado ao fiscal do contrato proceder o recebimento da medição final do objeto contratual até que sejam sanadas todas as eventuais pendências aferidas durante cada etapa anterior do recebimento do objeto.

9.6.8.7. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento definitivo de cada etapa sem qualquer manifestação da CONTRATANTE, não dispondo de modo diverso o Termo de Referência e os demais documentos vinculados a esta contratação, a etapa será considerada definitivamente aceita pela CONTRATANTE, para todos os efeitos.

9.6.8.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos decorrentes de sua execução incorreta, nem a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, tampouco a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

⁷ Relatórios e documentações apresentadas ao longo do acompanhamento da execução contratual, incluindo, quando aplicável, evidências de testes, start-up, comissionamento, “as built”, manuais, garantias e registros de treinamento.

9.6.8.9. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas em Termo de Referência e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, nos limites da discricionariedade administrativa.

9.6.8.10. Na hipótese em que for necessário o refazimento parcial ou integral do objeto, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias para a sua reexecução, prorrogáveis por igual período, desde que devidamente fundamentado e encaminhado ao fiscal do contrato de forma tempestiva, que decidirá pelo cabimento ou não, sem prejuízo da apuração de infração sob os prejuízos ocasionados.

9.6.8.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6.9. Garantia dos Serviços e Equipamentos

9.6.9.1. O prazo de garantia contratual dos serviços de instalação e dos materiais incorporados pela CONTRATADA na execução (incluindo, quando aplicável, infraestrutura executada, suportes, fixações, interligações, isolamento, drenagem, recomposições e demais serviços necessários à entrega do objeto), complementar à garantia legal estabelecida na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo final do objeto.

9.6.9.2. A garantia dos equipamentos e componentes fornecidos observará, no mínimo, a garantia legal e a garantia do fabricante vigente no Brasil, devendo a CONTRATADA apresentar, no recebimento final, os respectivos termos/certificados de garantia e comprovar o atendimento das condições técnicas necessárias à sua validade, incluindo, quando aplicável, relatórios de testes, start-up e comissionamento, bem como demais documentos e registros exigidos pelo fabricante.

9.6.9.2.1. Uma vez notificada, a CONTRATADA deverá realizar a reparação ou a substituição dos bens/serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte dias) dias úteis, contados da notificação.

9.6.10. Transição e Finalização Contratual

9.6.10.1. Constituem-se como procedimentos de transição e finalização do contrato:

9.6.10.1.1. Transferência de conhecimento por parte da CONTRATADA, que deverá apresentar à Diretoria de Engenharia e Arquitetura as informações relacionadas à tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações;

9.6.10.1.2. Capacitação, in loco, da equipe da Diretoria de Engenharia e Arquitetura e profissionais responsáveis pela manutenção acerca dos aspectos técnicos necessários à operação, manutenção e limpeza do sistema, com carga horária mínima de 4 (quatro) horas;

9.6.10.1.3. Apresentação dos termos de garantia, manuais e instruções dos equipamentos e materiais instalados;

9.6.10.1.4. Organização e limpeza por parte da CONTRATADA, que deverá realizar a organização e limpeza de todos os locais de serviço diariamente, incluindo materiais e ferramental após execução de quaisquer atividades, inclusive para a entrega final do contrato, mantendo os espaços em condições adequadas de uso.

9.6.11. **Seguros relacionados à prestação de serviços**

9.6.11.1. Considerando que a execução do sistema de climatização do tipo VRF envolve fornecimento, transporte interno, armazenamento temporário, montagem/instalação de equipamentos e componentes de elevado valor agregado, além de testes, comissionamento e start-up em edificação existente e com interfaces com outras frentes de trabalho, entende-se que os riscos associados à contratação se dividem em duas naturezas complementares.

9.6.11.2. O Seguro de Riscos de Engenharia, na modalidade de Instalação e Montagem (RE/IM), tem por finalidade mitigar perdas e danos físicos súbitos e imprevistos incidentes sobre os próprios bens segurados, materiais e equipamentos vinculados ao empreendimento, bem como sobre o local de execução, durante o período de instalação e manutenção coberta.

9.6.11.3. Já o Seguro de Responsabilidade Civil (RC) destina-se a amparar a responsabilidade da contratada por danos involuntários corporais, materiais e morais causados a terceiros, decorrentes da execução contratual.

9.6.11.4. Dessa forma, a adoção conjunta de RE/IM e RC surge como medida de gestão de riscos para reduzir exposições patrimoniais relevantes do contrato, sem prejuízo da responsabilização integral da contratada por franquias, excedentes e eventos não cobertos, na forma do instrumento convocatório e do contrato.

9.6.11.5. O valor das apólices de seguro, despesas, impostos e demais pagamentos referentes aos seguros exigidos estão incluídos na planilha orçamentária apresentada.

9.6.11.6. Os custos da prestação dos seguros para o pleno cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo particular contratado, serão repassados através do BDI, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a responsabilidade pelo provimento desses seguros, assim como pelo pagamento.

9.6.11.7. Os valores aplicáveis às coberturas de riscos previstas deverão ser equivalentes às práticas de mercado em contratos de operações desta natureza e compatíveis com o risco, observando o detalhamento mínimo descrito neste documento.

9.6.11.8. As apólices de seguro a serem contratadas especificamente para o presente serviço não poderão ser alteradas e/ou canceladas sem aviso prévio e aprovação por escrito do fiscal do contrato, constando de preferência essa condição através de cláusula particular nas apólices.

9.6.11.9. Os pagamentos dos prêmios de seguro (apólices, endossos, reintegração de limites etc.) serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

9.6.11.10. A CONTRATADA deverá efetuar os pagamentos dos prêmios em dia e encaminhar à CONTRATANTE os respectivos comprovantes que forem exigidos a qualquer momento pela CONTRATANTE.

9.6.11.11. Caberá a CONTRATADA:

9.6.11.11.1. Comunicar, imediatamente, à SEGURADORA e a CONTRATANTE qualquer evento que tenha ocorrido durante a execução do objeto que possa estar amparado pelas apólices de seguro contratadas;

9.6.11.11.2. Comunicar à SEGURADORA sobre a celebração de aditivos contratuais previamente à sua assinatura, enviando a ela as respectivas minutas e providenciando o respectivo endosso (essa ação se faz necessária quando da contratação de seguros específicos para o contrato);

9.6.11.11.3. Providenciar as informações e/ou documentos solicitados, de modo a permitir perfeita liquidação dos sinistros ocorridos;

9.6.11.11.4. Comunicar à CONTRATANTE qualquer controvérsia junto às SEGURADORAS;

9.6.11.11.5. Comunicar à CONTRATANTE o cancelamento antecipado de qualquer apólice de seguro;

9.6.11.11.6. Comunicar à CONTRATANTE qualquer alteração, violação ou qualquer outro fato relevante relacionado a qualquer apólice de seguro contratada.

9.6.11.11.7. A CONTRATADA será responsável pelos valores não amparados pelos seguros, tais como franquias, valores excedentes aos limites contratados nas apólices

de seguro, pela perda ou recusa da cobertura nos termos das apólices de seguro, inclusive de seguros contratados pela CONTRATANTE.

9.6.11.11.8. A CONTRATADA obriga-se a manter os seguros em vigor, com pleno atendimento a todas as normas e exigências da SEGURADORA, que assegurem a validade integral da apólice em caso de sinistro, conforme previsto neste instrumento, de forma que a CONTRATANTE e a CONTRATADA fiquem protegidos contra quaisquer sinistros que possam decorrer das atividades da CONTRATADA.

9.6.11.11.9. No caso das apólices com vigência inferior a vigência do respectivo contrato, a CONTRATADA deverá comprovar ao CONTRATANTE, com antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias do fim de vigência de cada apólice, a sua renovação/prorrogação, de modo a não deixar o CONTRATO, em qualquer ocasião sem as coberturas securitárias requeridas.

9.6.11.11.10. A não observância, por parte da CONTRATADA, de tal obrigação, constituirá inadimplência contratual e autorizará a CONTRATANTE a fazer uso imediato dos recursos estabelecidos no CONTRATO.

9.6.11.11.11. Caso a CONTRATADA dê causa ao sinistro coberto por uma apólice de seguro, a CONTRATADA será responsável pelo pagamento da diferença entre o valor limite da apólice e o prejuízo causado pelo sinistro, independentemente de qualquer solidariedade passiva, bem como pelo pagamento das eventuais franquias constantes de cada apólice de seguro.

9.6.11.11.12. Sob pena de paralisação imediata dos trabalhos, suspensão/bloqueio dos pagamentos pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE a respectiva apólice de seguro, já aprovada pela CONTRATANTE, antes do início da execução em campo dos serviços contratados.

9.6.11.11.12.1. Eventuais atrasos na execução do objeto decorrentes da ausência da apólice de seguros correrão sob sua exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

9.6.11.12. Do Seguro de Riscos de Engenharia (RE) (instalação e montagem - IM)

9.6.11.12.1. A CONTRATADA deverá contratar e manter vigente seguro de Riscos de Engenharia, na modalidade compatível com o objeto desta contratação, com ênfase em Instalação e Montagem (IM) do sistema de climatização do tipo VRF, com a finalidade de oferecer cobertura contra acidentes de origem súbita e imprevista ocorridos durante a execução dos serviços de instalação/montagem, incluindo transporte interno, armazenamento temporário, montagem, interligações, testes, comissionamento e start-up, bem como durante o período de manutenção coberto pela apólice, quando aplicável.

9.6.11.12.2. **A apólice deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico da Defensoria (DED)**, em qualquer caso, antes do início da execução em campo dos serviços.

9.6.11.12.3. A apólice deverá ser contratada com valor em risco igual ao valor global do contrato, devendo contemplar, no mínimo, os materiais, equipamentos e componentes fornecidos e instalados, bem como as despesas necessárias à execução da instalação/montagem, e conter obrigatoriamente o número do contrato.

9.6.11.12.4. A CONTRATANTE deverá ser nomeada como cossegurada e/ou interessada/beneficiária, fazendo constar na apólice sua razão social (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ) e CNPJ (13.950.733/0001-39), conforme prática do mercado segurador e modelo de apólice adotado.

9.6.11.12.5. O seguro de Riscos de Engenharia deverá vigorar durante todo o período de execução dos serviços e enquanto subsistirem riscos associados às atividades cobertas, cabendo à CONTRATADA providenciar, previamente, a atualização do valor segurado sempre que houver alteração do valor contratual, bem como solicitar prorrogação de vigência quando houver ampliação do prazo de execução, apresentando à CONTRATANTE os respectivos endossos.

9.6.11.12.6. A CONTRATADA deverá observar e cumprir as exigências de gerenciamento de risco previstas na apólice (proteções mínimas do local/armazenamento, controles e demais requisitos), especialmente no que se refere às condições para cobertura de roubo e/ou furto qualificado de materiais, componentes e equipamentos, e deverá atentar-se ao limite máximo para desvio de cronograma previsto na apólice, adotando as providências necessárias para preservação da cobertura.

9.6.11.12.7. A apólice de Riscos de Engenharia deverá conter, no mínimo, as seguintes coberturas e importâncias seguradas/limites, observadas as condições usuais do mercado segurador para este tipo de operação:

9.6.11.12.7.1. Cobertura básica de Riscos de Engenharia (OCC/IM, ou equivalente), abrangendo Instalação e Montagem, correspondente a 100% (cem por cento) do valor em risco;

9.6.11.12.8. Danos em consequência de erro de projeto/compatibilização, quando houver responsabilidade técnica dessa natureza atribuída à CONTRATADA, em limite compatível com o risco e as condições da apólice;

9.6.11.12.9. Despesas extraordinárias, correspondente ao mínimo de 5% (cinco por cento) do valor em risco;

- 9.6.11.12.10. Tumultos, greve e lockout, correspondente ao mínimo de 5% (cinco por cento) do valor em risco;
- 9.6.11.12.11. Despesas com desentulho, correspondente ao mínimo de 5% (cinco por cento) do valor em risco;
- 9.6.11.12.12. Roubo e/ou furto qualificado de materiais, componentes e equipamentos vinculados ao objeto, em limite compatível com o risco e com as condições de armazenamento e proteção exigidas na apólice;
- 9.6.11.12.13. Equipamentos móveis e estacionários utilizados na execução: correspondente, no mínimo, a R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Caso sejam utilizados equipamentos de terceiros ou próprios cujo valor de reposição, individual ou agregado, seja superior a esse limite e que estejam sob responsabilidade da CONTRATADA (inclusive equipamentos de movimentação de cargas e acesso, quando aplicável), a CONTRATADA deverá providenciar endosso específico e/ou cobertura complementar, em valor compatível com o risco, mediante apresentação prévia à CONTRATANTE da relação dos equipamentos e respectivos valores, a constar no quadro/resumo da apólice e/ou em endosso.
- 9.6.11.12.14. Ferramentas de Pequeno e Médio Porte correspondendo ao mínimo de R\$ 50.000,00;
- 9.6.11.12.15. Manutenção ampla, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, em limite compatível com o valor em risco e com as condições previstas na apólice.
- 9.6.11.12.16. Honorários de perito, correspondente, no mínimo, a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- 9.6.11.12.17. Propriedades circunvizinhas e/ou existentes no local da obra (edificação e bens preexistentes), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor em risco, limitado ao valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);
- 9.6.11.12.18. Obras concluídas, correspondente, no mínimo, a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- 9.6.11.12.19. Instalações provisórias e obras temporárias, correspondente, no mínimo, a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);
- 9.6.11.12.20. Despesas com salvamento e contenção de sinistro, correspondente, no mínimo, a R\$100.000,00 (cem mil reais).
- 9.6.11.12.21. Caso, pelas condições do mercado segurador aplicáveis ao risco específico, alguma cobertura adicional dependa de condições particulares (por exemplo, gerenciamento de risco, proteções mínimas, vistoria prévia, ou parâmetros técnicos de

aceitação), a CONTRATADA deverá providenciar o atendimento às exigências correspondentes, sem prejuízo da manutenção da cobertura mínima requerida.

9.6.11.13. Seguro de Responsabilidade Civil (RC)

9.6.11.13.1. A CONTRATADA deverá contratar e manter vigente, durante todo o período de execução do objeto e enquanto subsistirem riscos relacionados às atividades em campo, apólice de Seguro de Responsabilidade Civil compatível com o objeto desta contratação e com os riscos inerentes à instalação e montagem do sistema de climatização do tipo VRF.

9.6.11.13.2. A contratação desse seguro tem por objetivo reembolsar o segurado, até o limite máximo de indenização previsto na apólice, pelas quantias pelas quais venha a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou por acordo expressamente autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência da apólice e decorrentes de riscos cobertos associados à execução contratual

9.6.11.13.3. A apólice deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a publicação do extrato do termo do contrato, em qualquer caso, antes do início da execução em campo dos serviços.

9.6.11.13.4. A apólice deve ser contratada preferencialmente a Base de Ocorrência, em carteira específica de Responsabilidade Civil e conter obrigatoriamente o número do Contrato;

9.6.11.13.5. A CONTRATANTE deverá ser nomeada como cossegurada e/ou interessada/beneficiária, fazendo constar na apólice a sua Razão Social (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ) e o seu nº de CNPJ (13.950.733/0001-39), conforme a prática do mercado segurador e o modelo de apólice adotado.

9.6.11.13.6. Não serão admitidos sublimites para as coberturas nucleares do Seguro de Responsabilidade Civil, assim entendidas:

9.6.11.13.6.1. Cobertura básica de responsabilidade civil decorrente de obras/serviços de montagem e instalação, abrangendo danos corporais e materiais causados a terceiros; e

9.6.11.13.6.2. Responsabilidade civil cruzada.

9.6.11.13.6.3. Quando prevista como cobertura específica no RC, também não será admitido sublimite para danos causados ao proprietário da obra (Contratante), de modo a preservar a efetividade da cobertura frente aos riscos predominantes da execução contratual em edificação existente.

9.6.11.13.6.4. Para as coberturas adicionais e extensões do Seguro de Responsabilidade Civil, admite-se a existência de sublimites, franquias específicas e/ou condições particulares, desde que, cumulativamente:

9.6.11.13.6.5. os sublimites integrem o LMI, não se somando a ele, e estejam expressamente indicados no quadro/resumo da apólice e em seus endossos;

9.6.11.13.6.6. a estrutura de sublimites, franquias e condições particulares seja compatível com as práticas do mercado segurador para operações de natureza similar e com os riscos inerentes à execução contratual;

9.6.11.13.6.7. tais limitações não comprometam, de forma relevante, a utilidade do seguro para os eventos relacionados às atividades típicas e necessárias à execução contratual, incluindo instalação, montagem, testes e comissionamento do sistema VRF; e

9.6.11.13.6.8. a apólice e seus endossos sejam apresentados à CONTRATANTE para verificação de aderência às exigências do Termo de Referência antes do início da execução em campo.

9.6.11.13.7. A importância segurada/limite máximo de indenização deverá ser compatível com o porte e o risco da contratação e equivalente às práticas de mercado para operações de natureza similar, devendo corresponder, no mínimo, a 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, com valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

9.6.11.13.8. A apólice de responsabilidade civil obras deverá conter no mínimo as coberturas necessárias abaixo:

9.6.11.13.8.1. cobertura básica de obras civis e ou serviços de montagem e instalação de máquinas e/ou equipamentos;

9.6.11.13.8.2. RC Cruzada;

9.6.11.13.8.3. RC Erros de projeto, quando houver responsabilidade de projeto/compatibilização a cargo da contratada;

9.6.11.13.8.4. Danos Causados ao Proprietário da Obra;

9.6.11.13.8.5. Poluição súbita e acidental;

9.6.11.13.8.6. Despesas de Defesa em Juízo, lucros cessantes e prejuízos financeiros;

9.6.11.13.8.7. RC Empregador;

9.6.11.13.8.8. Danos Morais e Estéticos para todas as Coberturas.

9.6.11.13.9. A CONTRATADA deverá providenciar, previamente à assinatura de termos aditivos que alterem prazos ou valores contratuais, caso ocorram, a comunicação à seguradora e a obtenção do respectivo endosso, quando necessário para manutenção da adequação da cobertura securitária, apresentando a comprovação à CONTRATANTE.

9.6.11.13.10. Na hipótese de ampliação do prazo de execução, a CONTRATADA deverá solicitar a prorrogação da vigência da apólice, mantendo a cobertura ativa durante todo o período exigido, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

10. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1. A Licitante, a Adjudicatária e a CONTRATADA que incorrerem em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeitam-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Deliberação CSDP nº 043/2023, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

10.2. As demais disposições referentes ao tema encontram-se no instrumento contratual.

11. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO

11.1. Considerando que o objeto desta licitação não se trata de serviços continuados, mas sim de uma execução em sua totalidade com medições parciais para acompanhamento, e em função da obrigação de a Contratada reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, integral ou parcialmente, e às suas expensas, no prazo do Termo de Referência, o objeto que apresentar vícios, defeitos, avarias ou incorreções resultantes da execução, a fiscalização da execução do objeto não será realizada por meio de Instrumento de Medição de Resultados.

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

12.2. No preço estão incluídos todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários

de origem Federal, Estadual e Municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à DPE-PR quaisquer custos adicionais.

12.3. Após o recebimento definitivo de cada etapa prevista para a execução do objeto, será devido o pagamento correspondente à etapa concluída, conforme medição realizada na forma prevista neste Termo de Referência, observados os percentuais estabelecidos no cronograma físico-financeiro. O pagamento será efetuado de forma individualizada por etapa, mediante depósito ou crédito em conta bancária de titularidade da CONTRATADA, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

12.4. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ 13.950.733/0001-39 da CONTRATANTE.

12.5. Para a liberação do pagamento, a pessoa responsável pelo acompanhamento encaminhará o documento de cobrança e documentação complementar à Diretoria de Orçamento e Finanças que então providenciará a liquidação da obrigação.

12.6. Havendo erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se após a regularização.

12.7. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

12.7.1. Eventuais retenções e/ou descontos dos pagamentos serão apreciados em procedimento específico para apuração do eventual inadimplemento.

12.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a fornecedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério pro rata die, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

12.9. A DPE-PR fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

12.10. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da A DPE-PR serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

12.11. Excepcional antecipação de pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado deverá observar o disciplinado no Art.75 da Resolução DPG nº 375/2023.

12.12. Com o fim de salvaguardar a transparência administrativa, nos termos da Resolução DPG no 375/2023, a Defensoria Pública do Estado do Paraná disponibilizará, mensalmente, em área específica no Portal da Transparência, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentam a eventual modificação da ordem.

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base), compreendendo o período de 01/03/2026 a 28/02/2027.

13.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE, considerando a data-base 01/mar., mediante a aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

13.3. As demais disposições relativas ao reequilíbrio econômico encontram-se em capítulo próprio do instrumento contratual.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. A garantia de execução contratual deverá ser prestada pela CONTRATADA por meio de uma das seguintes modalidades: (i) caução em dinheiro, (ii) títulos da dívida pública, (iii) fiança bancária, (iv) título de capitalização ou (v) seguro-garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do Contrato, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco) do valor inicial do Contrato.

14.2. Quando o valor da proposta da CONTRATADA for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, cujo valor

corresponderá à diferença entre 85% do valor orçado e o valor da proposta, a ser acrescido ao valor da garantia exigida no Item 14.1 supra.

14.3. As demais condições a serem observadas quanto à garantia de execução contratual estão disciplinadas no instrumento contratual, sem prejuízo das exigências e definições constantes no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

15.1. A contratação deverá observar práticas que reduzam impactos ambientais e promovam a sustentabilidade, em consonância com o art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

15.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados, quando possível, pela CONTRATADA.

15.3. Gestão de Resíduos e Mitigação de Impactos da Instalação:

15.3.1. Implementar plano de gerenciamento e segregação de resíduos sólidos compatível com os materiais da instalação, garantindo triagem, acondicionamento e destinação final ambientalmente adequada de embalagens (papelão, plásticos, pallets), recortes, isolamentos térmicos, dutos e sobras de materiais, mediante comprovação documental.

15.3.2. Manejar de forma segura os materiais potencialmente poluentes (selantes, adesivos, espumas, produtos químicos de limpeza e eventuais óleos), prevenindo a contaminação do solo e da água e minimizando a emissão de compostos orgânicos voláteis (COVs) na qualidade do ar interno.

15.3.3. Adotar medidas de controle de poeira e ruído durante atividades de perfuração, fixação e abertura de passagens, assegurando a proteção de áreas sensíveis, a limpeza periódica do local e o descarte adequado dos particulados de obra.

15.4. Manejo de Fluidos Refrigerantes e Comissionamento:

15.4.1. Empregar boas práticas de refrigeração para garantir a integridade do circuito frigorífico, prevenindo vazamentos pontuais e a consequente emissão de gases com elevado potencial de aquecimento global.

15.4.2. Executar procedimentos de comissionamento rigorosamente documentados, incluindo testes de pressão, vácuo e estanqueidade das linhas frigoríferas, assegurando a máxima eficiência do sistema antes de sua operação definitiva.

15.5. Eficiência Energética e Uso Racional de Recursos:

15.5.1. Assegurar que a instalação e a parametrização do sistema priorizem o desempenho ideal e a eficiência energética, operando em conformidade com o dimensionamento da demanda real do ambiente.

15.5.2. Priorizar o uso racional de recursos (energia elétrica, água, insumos técnicos) durante toda a fase de implantação e lançamento da infraestrutura, adotando alternativas menos impactantes sempre que viáveis.

15.6. Transporte e Logística Sustentável:

15.6.1. Promover a otimização de rotas e o uso de veículos em boas condições de manutenção, de forma a reduzir emissões de gases de efeito estufa, alinhando-se ao Programa Brasileiro GHG Protocol.

15.6.2. Adotar diretrizes para a minimização de embalagens e implementar, sempre que possível, o retorno, a reciclagem ou a logística reversa, especialmente para pallets, caixas de grande porte e componentes eletroeletrônicos substituídos por defeito ou avaria em garantia.

15.7. Materiais e Equipamentos:

15.7.1. Priorizar a utilização de equipamentos com melhor eficiência energética e materiais de instalação (suportes, perfis, dutos, isolantes e acessórios) que apresentem alta durabilidade e resistência à corrosão, reduzindo os impactos no ciclo de vida e a necessidade de intervenções futuras.

15.7.2. Assegurar que eventuais peças ou componentes danificados durante a instalação tenham destinação final ambientalmente adequada, preferencialmente encaminhados para a reciclagem.

15.8. Capacitação e Cultura Sustentável:

15.8.1. Promover o treinamento e a orientação contínua da equipe técnica de instalação sobre práticas de sustentabilidade no canteiro de serviço, com foco no manejo seguro de fluidos refrigerantes, segregação correta de resíduos de obra e mitigação de incômodos (ruído e poeira) aos usuários do entorno.

16. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

16.1. Aplicam-se ao presente as disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021, Resolução DPG n.º 375/2023, Deliberação CSDP n.º 043, de 04 de dezembro de 2023, Lei Complementar Federal n.º 123/2006, Lei n.º 13.709/2018 (LGPD) e na Deliberação CSDP 21/2022 (Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria

Pública do Paraná), Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto da contratação, aplicando-se referida legislação especialmente aos casos omissos.

16.2. Os diplomas legais acima indicados aplicam-se especialmente quanto aos casos omissos.

17. DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

APÊNDICE I - PROJETO EXECUTIVO

Poderá ser acessado pelo link:

[https://drive.google.com/drive/folders/1W1t2verVRuVNyy-WGAHb1K1IJ5ut532-
?usp=drive link](https://drive.google.com/drive/folders/1W1t2verVRuVNyy-WGAHb1K1IJ5ut532-?usp=drive_link)



APÊNDICE II - MEMORIAL DESCRITIVO

Poderá ser acessado pelo link:

[https://drive.google.com/drive/folders/1W1t2verVRuVNyy-WGAHb1K1IJ5ut532-
?usp=drive link](https://drive.google.com/drive/folders/1W1t2verVRuVNyy-WGAHb1K1IJ5ut532-?usp=drive_link)

APÊNDICE III - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

A planilha detalhada de formação do preço para esta contratação, a qual apresenta o preço máximo estimado para cada item, com a indicação dos valores unitários de materiais e de mão de obra necessários à execução do objeto, calculados com base na Tabela SINAPI e com aplicação do percentual de BDI, conforme quadro-resumo, encontra-se disponível por meio do seguinte link:

[https://drive.google.com/drive/folders/1W1t2verVRuVNyy-WGAHb1K1IJ5ut532-
?usp=drive_link](https://drive.google.com/drive/folders/1W1t2verVRuVNyy-WGAHb1K1IJ5ut532-?usp=drive_link)

No mesmo link supracitado, encontra-se disponível outra planilha, contendo os mesmos itens, destinada ao licitante classificado, para que realize a precificação de acordo com os seus próprios custos, respeitando o regramento do Edital, devendo ser apresentada juntamente com a proposta.



APÊNDICE IV - COMPOSIÇÃO DO BDI

Poderá ser acessado pelo link:

[https://drive.google.com/drive/folders/1W1t2verVRuVNyy-WGAHb1K1J5ut532-
?usp=drive_link](https://drive.google.com/drive/folders/1W1t2verVRuVNyy-WGAHb1K1J5ut532-?usp=drive_link)



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - DEA

PRÓPRIO: Execução Climatização
PRAZO DE OBRA: 240 DIAS CORRIDOS
COMPOSIÇÃO DE BDI PARA EDIFICAÇÕES DESONERADA

Vigência: 01/12/2015

CUSTO TOTAL DO SERVIÇO (R\$):						R\$ 897.259,68		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
						1 Quartil	Medio	3 Quartil
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$ 35.890,39	4,00%		OK	3,00%	4,00%	5,50%
2	SG - SEGUROS + GARANTIA	R\$ 7.178,08	0,80%		OK	0,80%	0,80%	1,00%
3	R - RISCOS	R\$ 11.595,20	1,27%		OK	0,97%	1,27%	1,27%
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 11.705,20	1,23%		OK	0,99%	1,23%	1,39%
5	L - LUCRO BRUTO	R\$ 71.283,79	7,40%		OK	6,16%	7,40%	8,98%
6	I - IMPOSTOS	R\$ 94.271,03	8,35%					
6.1	PIS		0,65%					
6.2	COFINS		3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)		2,00%					
6.4	CONTRIB. PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB		2,70%					
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ 231.734,67				Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário		
PREÇO DE VENDA (R\$)		R\$ 1.128.994,35			Sem CPRB	20,34%	22,12%	25,00%
BDI (%)			25,83%	OK	Com CPRB	23,68%	25,51%	28,47%

COMPOSIÇÃO DE BDI PARA EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE NATUREZA ESPECÍFICA

CUSTO TOTAL NATUREZA ESPECÍFICA (R\$):						R\$ 1.010.330,02		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	TAXA (%)	OBSERVAÇÃO	SITUAÇÃO DO INTERVALO ADMISSÍVEL	PARCELAS DO BDI (%)		
						1 Quartil	Médio	3 Quartil
1	AC - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	R\$ 34.856,39	3,45%		OK	1,55%	3,45%	4,49%
2	SG - SEGUROS + GARANTIA	R\$ 4.849,58	0,48%		OK	0,30%	0,48%	0,62%
3	R - RISCOS	R\$ 8.587,81	0,85%		OK	0,56%	0,85%	0,89%
4	DF - DESPESAS FINANCEIRAS	R\$ 8.598,30	0,85%		OK	0,85%	0,85%	1,11%
5	L - LUCRO BRUTO	R\$ 54.555,49	5,11%		OK	3,56%	5,11%	6,22%
6	I - IMPOSTOS	R\$ 42.511,14	3,65%					
6.1	PIS		0,65%					
6.2	COFINS		3,00%					
6.3	ISS (CONFORME LEGISLAÇÃO MUNICIPAL)		0,00%					
6.4	CONTRIB. PREV. SOBRE REC. BRUTA - CPRB		0,00%					
TOTAL DO BDI (R\$)		R\$ 154.358,70				Parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário		
PREÇO DE VENDA (R\$)		R\$ 1.164.688,72			Sem CPRB	11,19%	14,02%	16,80%
BDI (%)			15,28%	OK	Com CPRB	11,19%	14,02%	16,80%

Equação Acórdão TCU 2.622/2013 - Plenário

$$BDI = \left[\frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

Onde:

AC: taxa de administração central;

S: taxa de seguros;

G: taxa de garantias;

R: taxa de riscos;

DF: taxa de despesas financeiras;

L: taxa de lucro/remuneração;

I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS, CPRB).


JULIANO GESSELE
Responsável Técnico
Carimbo e Assinatura

No mesmo link, consta tabela para a composição do BDI, a fim de que a empresa licitante demonstre o respectivo percentual de acordo com a sua estrutura de custos.

APÊNDICE V - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Poderá ser acessado pelo link:

https://drive.google.com/drive/folders/1W1t2verVRuVNyy-WGAHb1K1J5ut532-?usp=drive_link

<div></div> <div>DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ</div>																			DATA: 09/04/26		
DIRETORIA DE EDIFICAÇÕES																			TIPO OBRA:		
																			PROTOCOLO: 26.0.00002668		
																			PRazo EXECUÇÃO		
																			BSI		
																			BSI DIFERENCIADO		
ITEM	SERVIÇOS	ÍNDICE	30	% NO PERÍODO	60	% NO PERÍODO	90	% NO PERÍODO	120	% NO PERÍODO	150	% NO PERÍODO	180	% NO PERÍODO	210	% NO PERÍODO	240	% NO PERÍODO	VALOR SERVIÇO (R\$)	VALOR PLANEJADO (R\$)	
01	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	5,14%	14.737,80	12,50%	14.737,80	12,50%	14.737,80	12,50%	14.737,80	12,50%	14.737,80	12,50%	14.737,80	12,50%	14.737,80	12,50%	14.737,80	12,50%	117.902,40	93.702,04	
02	SERVIÇOS PRELIMINARES	1,50%	1.725,42	5,00%	3.450,83	10,00%	6.901,66	20,00%	6.901,66	20,00%	6.901,66	20,00%	1.725,42	5,00%	3.450,83	10,00%	3.450,83	10,00%	34.508,31	27.425,22	
03	REMOÇÕES E DEMOLIÇÕES	0,51%	1.165,80	10,00%	2.331,60	20,00%	2.331,60	20,00%	2.331,60	20,00%	2.331,60	20,00%	1.165,80	10,00%					11.658,00	9.265,11	
04	SERVIÇOS COMPLEMENTARES	4,01%	4.601,13	5,00%	18.404,53	20,00%	18.404,53	20,00%	18.404,53	20,00%	18.404,53	20,00%	4.601,13	5,00%	4.601,13	5,00%	4.601,13	5,00%	92.022,67	73.134,32	
05	PINTURA	1,64%							7.523,07	20,00%	7.523,07	20,00%			9.403,83	25,00%	13.165,37	35,00%	37.615,33	29.894,58	
07	CLIMATIZAÇÃO - ACESSÓRIOS	5,50%			18.920,03	15,00%	18.920,03	15,00%	18.920,03	15,00%	18.920,03	15,00%	18.920,03	15,00%	12.613,39	10,00%	18.920,03	15,00%	126.133,52	100.243,69	
08	CLIMATIZAÇÃO - TUBULAÇÃO SISTEMA VRF	8,33%	9.558,41	5,00%	28.675,23	15,00%	28.675,23	15,00%	28.675,23	15,00%	28.675,23	15,00%	28.675,23	15,00%	19.116,82	10,00%	19.116,82	10,00%	191.168,22	151.929,49	
09	CLIMATIZAÇÃO - VENTILAÇÃO MECÂNICA	1,87%	2.143,48	5,00%	6.430,38	15,00%	6.430,38	15,00%	6.430,38	15,00%	6.430,38	15,00%	6.430,38	15,00%	4.286,92	10,00%	4.286,92	10,00%	42.869,20	34.069,97	
10	CLIMATIZAÇÃO - DIFUSORES DE AR	2,04%			7.016,93	15,00%	7.016,93	15,00%	7.016,93	15,00%	7.016,93	15,00%	7.016,93	15,00%	9.355,91	20,00%	9.355,91	20,00%	46.779,55	37.177,69	
11	CLIMATIZAÇÃO - DUTOS	9,16%	10.504,43	5,00%	31.513,29	15,00%	31.513,29	15,00%	31.513,29	15,00%	31.513,29	15,00%	31.513,29	15,00%	21.008,86	10,00%	21.008,86	10,00%	210.088,60	166.966,32	
12	CLIMATIZAÇÃO - VÁLVULA DE ESPERA MANUAL BIDIRECIONAL SISTEMA VRF	2,36%	2.712,24	5,00%	5.424,48	10,00%	8.136,73	15,00%	8.136,73	15,00%	8.136,73	15,00%	8.136,73	15,00%	5.424,48	10,00%	8.136,73	15,00%	54.244,87	43.110,70	
13	CLIMATIZAÇÃO - DRENOS	0,56%			1.278,60	10,00%	1.278,60	10,00%	2.557,21	20,00%	2.557,21	20,00%	2.557,21	20,00%	1.278,60	10,00%	1.278,60	10,00%	12.786,03	10.161,60	
14	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	5,22%			11.971,09	10,00%	23.942,17	20,00%	23.942,17	20,00%	23.942,17	20,00%	23.942,17	20,00%	11.971,09	10,00%			119.710,87	95.139,39	
15	SERVIÇOS DE MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS	0,28%					6.502,43	100,00%											6.502,43	5.167,76	
16	LIMPEZA FINAL	1,09%											6.251,08	25,00%	6.251,08	25,00%	12.502,16	50,00%	25.004,33	19.872,02	
SERVIÇOS DE NATUREZA ESPECÍFICA																					
06	CLIMATIZAÇÃO - EQUIPAMENTOS (FORNECIMENTO E	50,78%					116.468,87	10,00%	232.937,74	20,00%	232.937,74	20,00%	174.703,31	15,00%	232.937,74	20,00%	174.703,31	15,00%	1.164.688,73	1.010.330,02	
VALOR DA PARCELA DETERMINADA COM BASE NO PREÇO MÁXIMO			100,00%	47.148,70	2,06%	143.137,88	6,24%	291.260,28	12,70%	402.505,32	17,55%	410.028,38	17,88%	337.899,58	14,73%	356.438,47	15,54%	305.264,48	13,31%	2.293.683,08	1.907.589,70
VALOR PROPOSTO															14,73%		15,54%		13,31%		
DESCONTO PROPOSTO / VALOR DAS PARCELAS																					
TOTAL ACUMULADO COM O DESCONTO PROPOSTO				47.148,70	2,06%	190.286,57	8,30%	481.546,85	20,99%	884.052,17	38,54%	1.294.080,55	56,42%	1.631.980,13	71,15%	1.988.418,60	86,69%	2.293.683,08	100,00%		

APÊNDICE VI - DECLARAÇÃO DE VISITA TÉCNICA AO IMÓVEL

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO:

Declaramos, como responsável técnico designado pela empresa _____ que visitamos o imóvel localizado na Rua João Gualberto, n.º 717, bairro Alto da Glória, Curitiba, Paraná, onde será instalada a nova sede da Administração Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Declaramos que, se vencedores desta, nos responsabilizaremos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos.

Declaramos, como responsável técnico designado pela empresa _____, que temos completo conhecimento das condições físicas do local, de todos os detalhes do imóvel no objeto de nossa proposta e de todo serviço a ser prestado conforme informações contidas no Edital de Licitação e documentos que o compõem.

Declaramos que foi dado acesso às dependências do local da execução do serviço, o qual dispensamos por termos conhecimento suficiente de todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos para completa execução dos serviços.

[Município], ____ de _____ de 202__.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DESIGNADO

Empresa:	
Endereço	
CNPJ:	Telefone:
Representante	CPF:
	CREA

APÊNDICE VII - DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISITA TÉCNICA

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO:

Declaramos, como responsável técnico designado pela empresa _____, que as informações contidas no Edital de Licitação e documentos anexos são suficientes para a compreensão do objeto a ser executado, dispensando a necessidade de vistoria “in loco” no imóvel localizado na Rua João Gualberto, n.º 717, bairro Alto da Glória, Curitiba, Paraná, onde será instalada a nova sede da Administração da Defensoria Pública do Estado do Paraná. Declaramos que foi dado acesso às dependências do local da execução do serviço, o qual dispensamos por termos conhecimento suficiente de todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos para completa execução dos serviços. Declaramos que, se vencedores desta, nos responsabilizaremos pela completa execução dos serviços em todas as suas fases, assim como de que conhecemos todos os detalhes, especificações e condições dos trabalhos.

[Município], ____ de _____ de 202____.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DESIGNADO

Empresa:	
Endereço:	
CNPJ:	Telefone:
Representante:	CPF:
	CREA

APÊNDICE VIII - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO TÉCNICO DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO:

Eu, _____, declaro que tomei pleno conhecimento de todas as informações pertinentes e das condições locais que envolvem o cumprimento das obrigações referentes ao objeto desta licitação. Estou ciente das especificações técnicas, dos requisitos legais, dos prazos estabelecidos, bem como de quaisquer outras informações relevantes que possam influenciar a execução dos trabalhos.

Comprometo-me a cumprir todas as obrigações previstas no edital e nos documentos anexos, de acordo com as normas e regulamentos vigentes, além de respeitar todas as condições estabelecidas pelas autoridades competentes.

Reconheço que a falta de conhecimento adequado das informações e das condições locais pode comprometer a execução dos serviços de forma satisfatória e acarretar responsabilidades e penalidades, conforme previsto no edital.

Assumo total responsabilidade pelas minhas declarações e afirmo que possuo capacidade técnica, financeira e operacional necessária para atender a todos os requisitos exigidos na licitação.

Declaro, portanto, que estou plenamente ciente e devidamente informado sobre todas as informações e condições locais relacionadas às obrigações objeto desta licitação.

[Município], ____ de _____ de 202____.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DESIGNADO

Empresa:	
Endereço:	
CNPJ:	Telefone:
Representante:	CPF:

APÊNDICE IX - DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO E COMPROMISSO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA, para fins de comprovação da qualificação técnica exigida no procedimento de **[Pregão Eletrônico ou Dispensa de Licitação]** nº, para contratação de **[descrever o objeto]**, que indicará como responsável(is) técnico(s) pela execução do contrato o(s) seguinte(s) profissional(is):

NOME COMPLETO DO PROFISSIONAL	FORMAÇÃO	NÚMERO DO REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE	ÁREA DE ATUAÇÃO	FUNÇÃO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A empresa declara que o(s) profissional(is) indicado(s):

() Já possui vínculo com a empresa (empregado ou sócio)

() Será contratado caso a empresa seja vencedora do procedimento

Caso ainda não exista vínculo formal, a empresa compromete-se a formalizar a contratação do(s) referido(s) profissional(is) por ocasião da assinatura do contrato, mediante apresentação de contrato de trabalho, contrato de prestação de serviços ou outro instrumento jurídico idôneo.

A empresa compromete-se a manter o(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) durante a execução contratual, admitindo-se substituição apenas mediante prévia anuência da Administração e desde que o substituto possua qualificação técnica equivalente ou superior.

ANUÊNCIA DO(S) PROFISSIONAL(IS)

O(s) profissional(is) abaixo identificado(s) declara(m) ter conhecimento de sua indicação como responsável(is) técnico(s) e manifesta(m) concordância em participar da execução do objeto contratual, caso a empresa seja contratada.

Ciente e de acordo com os termos,

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DESIGNADO

Empresa:	
Endereço:	
CNPJ:	Telefone:
Representante:	CPF:

**DPE** **PR**DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA**À****DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026**

Razão Social da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Telefone:
Email:
Banco, agência e conta para pagamento:

Nome do Representante:
RG:
CPF:

ITEM 1	Participação geral /ME EPP					
	Benefícios LC 123/2006			Sim () Não ()		
	Qtd	Unidade de Medida	Catser	Especificações	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
1	1	Serviço	2020	Serviço comum de engenharia para execução do sistema de climatização da nova sede da Administração Central da Defensoria Pública do Estado do Paraná.	(R\$)	(R\$)
VALOR MÁXIMO DO ITEM					R\$	

Somente para ME ou EPP regulamentada pela Lei Complementar nº 123/06		
Em atendimento ao art. 4º, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, visando à obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, declaro que:	NÃO () CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como	() CELEBRAMOS contratos com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90004/2026 – Protocolo n.º 25.0.000010547-6



DPE PR

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

Diretoria de Contratações

Coordenadoria de Contratações

	empresa de pequeno porte.	
--	---------------------------	--

Demais condições:

a) Apresentar juntamente com a proposta de preço a Planilha de Custos e Formação de Preços (Apêndice III do Termo de Referência) preenchida;

b) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços;

c) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis;

d) Esta empresa proponente atesta o atendimento das exigências técnicas previstas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital;

e) O prazo de validade da presente proposta será de 180 dias a partir da data da sessão de abertura do pregão eletrônico.

Local e data: _____, _____ de _____ de 20____.

Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mateus Leme, nº 1908 – Centro Cívico – Curitiba/Paraná. CEP 80.530-010. Telefone: (41) 3313-7380

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90004/2026 – Protocolo n.º 25.0.000010547-6



ANEXOIII- CONTRATO Nº [XXX/aaaa]

(V2. 08/04/2026)

Termo de Contrato que celebram entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e o/a [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA] para a prestação de serviços comuns de engenharia de sistema de climatização.

Nota explicativa: No processo de contratação, verificar se o licitante vencedor apresentou a Declaração de Indicação e Compromisso de Responsável(is) Técnico(s) (Apêndice IX do TR). Se sim, deverá comprovar, na ocasião da assinatura do Contrato, que o Responsável Técnico pertence ao quadro permanente da empresa ou tem contrato como autônomo (cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho, Certidão do CREA, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT) – vide Itens 4.3.2.4.1-ss. do TR.

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR), órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, CEP 80.530-010, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388-**, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

o/a [RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA], CNPJ nº [XXXXXX], sediada na [Rua/Avenida XXXXXX], nº [XXX], bairro [XXXXXX], [Cidade]-[UF], CEP [XXXXXX], e-mail: [XXX@XXX], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por [NOME COMPLETO], CPF nº ***.XXX.XXX-**, conforme [ato constitutivo da empresa OU procuração apresentada nos autos],

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente [da homologação do/a [Modalidade de Licitação] nº XXX/aaaa OU do acionamento da ARP nº XXX/aaaa (PE OU DL nº XXX/aaaa)] (Processo nº XXXXXX), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021¹ e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, independentemente de transcrição, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência/Projeto Básico, inclusive seus eventuais anexos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA, os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **prestação de serviços comuns de engenharia de implantação de sistema de climatização** na Sede Administrativa da DPE-PR, com fornecimento e instalação de equipamentos, materiais e outros componentes, conforme discriminado na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ESTIMADO ^[1]
1	Serviços comuns de engenharia de implantação de sistema de climatização na Sede Administrativa da DPE-PR, com fornecimento e instalação de equipamentos, materiais e outros componentes previstos no respectivo Projeto Executivo.	Serviço	1	R\$ [XXX]

Nota 1: Já estão incluídos no valor máximo estimado os Benefícios e Despesas Indiretas (BDI), a serem aplicados sobre os valores de materiais e serviços constantes na Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), conforme cálculo apresentado na proposta vinculada a esta contratação, no percentual de **XX % ([por extenso])** para **serviços convencionais** e de **XX % ([por extenso])** para **equipamentos e serviços de natureza específica**.

2.2. O escopo do objeto deste Contrato consta no **Apêndice I (Projeto Executivo)** e no **Apêndice II (Memorial Descritivo)** do Termo de Referência e nos demais documentos técnicos vinculados a esta contratação, sem prejuízo da execução de ações correlatas essenciais à plena execução contratual.

2.3. A CONTRATADA deverá observar todos os requisitos, as especificações técnicas e as condições estabelecidas no presente instrumento e nos demais documentos a ele vinculados, especialmente no Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **12 (doze) meses**, excluído o dia do termo final, contados da data de publicação do extrato deste Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DED)², prorrogável na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

² Instituído pela Lei Estadual (PR) nº 20.927/2021, o DED é o meio oficial de comunicação, publicidade e divulgação dos atos administrativos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.



3.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, mediante termo aditivo, quando a execução do objeto não for concluída no período previsto na Cláusula 3.1, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução do objeto contratual será de **empreitada por preço unitário**.

4.2. A execução contratual terá início na data em que se inicia a vigência contratual, nos termos da Cláusula 3.1.

4.3. Os prazos e as diretrizes aplicáveis à execução contratual estão previstos no Termo de Referência, devendo ser observados pelas Partes, sem prejuízo do cumprimento das disposições deste Contrato e dos demais documentos a ele vinculados.

4.4. A execução do objeto deste Termo de Contrato não implica, em qualquer hipótese, a formação de vínculo empregatício entre os empregados, prepostos ou subcontratados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo expressamente vedada qualquer relação que possa caracterizar pessoalidade, habitualidade, subordinação ou dependência direta com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização deste Contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, conforme as disposições deste Termo e dos demais documentos vinculados a esta contratação, observando-se, ainda, o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023³ e em seu Anexo XII.

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste Contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor[a] titular: [XXXXXX] (CPF nº ***-XXX.XXX-**); Gestor[a] substituto[a]: [XXXXXX] (CPF nº ***-XXX.XXX-**); Fiscal titular: [XXXXXX] (CPF nº ***-XXX.XXX-**); Fiscal substituto[a]: [XXXXXX] (CPF nº ***-XXX.XXX-**).

6.3. A CONTRATADA deverá informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente Termo de Contrato, **preposto** para representá-la (caso não seja a própria

³ Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.

CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, CPF, telefone e e-mail.

6.3.1. Em caso de alteração dos dados cadastrais, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para fins de registro, sob pena de serem considerados válidos os atos eventualmente praticados com base nas informações anteriormente fornecidas.

6.4. A CONTRATANTE poderá exercer, a qualquer tempo, fiscalização ampla e irrestrita sobre o objeto contratado, sem que isso implique qualquer exoneração, total ou parcial, da responsabilidade da CONTRATADA pelo integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Contrato, tampouco caracterizando corresponsabilidade da CONTRATANTE por eventuais vícios, falhas ou omissões da CONTRATADA.

6.5. A CONTRATANTE realizará avaliação constante da execução contratual, com vistas ao monitoramento do nível de qualidade dos bens fornecidos e/ou serviços prestados, a fim de prevenir sua deterioração e promover, sempre que necessário, a imediata intervenção para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades identificadas.

6.5.1. Verificado comportamento reiterado de desconformidade no fornecimento dos bens e/ou na prestação dos serviços, ou quando a qualidade observada estiver abaixo dos níveis mínimos exigidos, a CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA as sanções previstas neste Termo de Contrato e na legislação vigente.

6.5.2. É vedado à CONTRATADA realizar, formalizar ou apresentar avaliação de desempenho e qualidade relativa ao fornecimento dos bens e/ou à execução dos serviços por ela realizados, sendo tal atribuição exclusiva da CONTRATANTE, conforme as disposições deste Termo de Contrato e da legislação vigente.

6.6. A CONTRATANTE promoverá o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das obrigações pactuadas, nos termos do Anexo XII da Resolução DPG nº 375/2023.

6.7. Os fiscais da CONTRATANTE poderão emitir notificações formais à CONTRATADA, com requisição de correções, complementações ou esclarecimentos, sendo obrigatória a resposta ou adoção de providências cabíveis no prazo assinalado, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

6.8. A CONTRATADA deverá franquear aos fiscais e gestores designados o acesso irrestrito aos locais de execução dos serviços, bem como fornecer todos os documentos, relatórios e informações por estes solicitados, necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

6.9. A fiscalização e a gestão contratual exercidas pela CONTRATANTE não eximem a CONTRATADA de suas responsabilidades legais, contratuais, técnicas e operacionais, nem restringem a atuação de órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. Os prazos e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas Partes constam neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, bem como no art. 140 da Lei nº 14.133/2021 e nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XII.

7.2. O objeto será recebido **provisoriamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis** contados da data de conclusão de cada etapa/medição da execução do objeto (conforme cronograma físico-financeiro), após a verificação do cumprimento das especificações constantes no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a este Contrato, mediante a apresentação, quando for o caso, da documentação técnica exigida.

7.2.1. Esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem manifestação da CONTRATANTE, e salvo disposição em contrário neste Termo de Contrato ou nos demais documentos a ele vinculados, considerar-se-á definitivamente aceito, para todos os efeitos, o objeto contratual pela CONTRATANTE, desde que não haja pendência ou inconformidade registrada formalmente pela CONTRATANTE.

7.3. O objeto será recebido **definitivamente** pela CONTRATANTE, mediante termo detalhado, em até **15 (quinze) dias úteis** contados da data do recebimento provisório, não podendo esse prazo ser ultrapassado, salvo em situação excepcional expressamente comprovada.

7.3.1. O recebimento definitivo do objeto estará condicionado à comprovação do cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, sem prejuízo da exigência, para fins exclusivos de pagamento, da apresentação da documentação de cobrança e dos documentos fiscais e cadastrais necessários ao atendimento das obrigações tributárias da CONTRATANTE, nos termos da legislação vigente.

7.4. Verificada, pela CONTRATANTE, inconsistência na execução do objeto, no documento de cobrança e/ou em eventual documentação complementar, o recebimento provisório ou definitivo ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

7.4.1. Caracterizada a hipótese prevista na Cláusula 7.4, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo para recebimento provisório ou definitivo será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

7.5. O objeto será recusado caso apresente especificações técnicas diferentes das contidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, salvo quando se tratar de especificações semelhantes ou superiores, a exclusivo critério da CONTRATANTE, mediante devido procedimento interno, com justificativa técnica expressa, nos limites da discricionariedade administrativa.

7.6. Os recebimentos provisório e definitivo do objeto não excluem a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

7.7. Os recebimentos provisório e definitivo ficam condicionados à execução integral do objeto contratual relacionado a cada nota fiscal ou fatura emitida, sendo vedado o recebimento fracionado de parcelas correspondentes ao mesmo documento de cobrança, salvo autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada, quando a natureza do objeto ou do regime de execução assim o permitir.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

8.1. O **valor máximo estimado** do presente Termo de Contrato é de **R\$ [XXX] ([por extenso])**.

8.2. Nos valores indicados na Cláusula 8.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

8.3. Os valores expressos na Cláusula 8.1 têm caráter estimativo para todo o período de vigência deste Termo de Contrato, sendo os pagamentos devidos à CONTRATADA calculados com base nas quantidades efetivamente demandadas pela CONTRATANTE, executadas pela CONTRATADA e atestadas em termo de recebimento definitivo, o que constituirá a base para a aferição e liquidação das obrigações financeiras da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. Para as despesas decorrentes deste Contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: [XXXXXX], Detalhamento: [XXXXXX].

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, os pagamentos correspondentes a cada etapa concluída serão efetuados em favor da CONTRATADA em até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do recebimento definitivo correspondente.

10.1.1. A liberação do pagamento à CONTRATADA fica condicionada ao recebimento definitivo do objeto e à apresentação da documentação de cobrança, acompanhada dos documentos fiscais e cadastrais necessários ao cumprimento das obrigações tributárias da CONTRATANTE, nos termos da legislação aplicável.

10.1.2. As medições da execução do objeto contratual serão realizadas conforme o cronograma físico-financeiro, devendo a CONTRATADA, portanto, realizar um único faturamento referente a cada etapa efetivamente prestada, finalizada e recebida definitivamente.

10.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar o faturamento/nota fiscal em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

10.2. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá ensejar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

10.4. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

10.4.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

[CENÁRIO 1: todas as modalidades EXCETO seguro-garantia]

11.1. A garantia de execução contratual deverá ser prestada pela CONTRATADA na modalidade [caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária **OU** título de capitalização], no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período a critério da CONTRATANTE, contados da assinatura do Contrato, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia no valor correspondente a **5 % (cinco)** do **valor inicial** do Contrato.

11.1.1. Quando o valor da proposta da CONTRATADA for **inferior a 85%** (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, cujo valor corresponderá à diferença entre 85% do valor orçado e o valor da proposta, a ser acrescido ao valor da garantia exigida na Cláusula 11.1.

11.2. A **caução em dinheiro** deverá ser efetuada em conta bancária em favor da CONTRATANTE, com correção monetária.

OU

11.2. Os **títulos da dívida pública** devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

OU

11.2. A **fiança bancária** deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, bem como deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil⁴.

OU

11.2. O **título de capitalização** deverá ser emitido por instituição autorizada a operar no ramo pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), na modalidade instrumento de garantia, mediante pagamento único, de modo a garantir à CONTRATANTE, em caso de resgate, a integralidade do valor.

11.3. A garantia contratual prevista neste Contrato assegurará:

⁴ Lei nº 10.406/2002.

11.3.1. o ressarcimento de prejuízos diretos e indiretos causados à CONTRATANTE decorrentes do inadimplemento total ou parcial da execução do objeto e do não adimplemento das obrigações previstas neste instrumento, independentemente de culpa ou dolo da CONTRATADA;

11.3.2. o pagamento de multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.4. O prazo de vigência da garantia contratual deve ser igual ou superior ao prazo de vigência deste Contrato, acrescido de **60 (sessenta) dias**, com vistas a permitir que a CONTRATANTE possa proceder à verificação de que trata a Cláusula 11.9 e, se for o caso, executar a garantia mesmo após a extinção contratual.

11.5. A garantia contratual deverá ser readequada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sempre que houver alteração do valor do Contrato ou prorrogação contratual, de modo a preservar a proporcionalidade do percentual estabelecido na Cláusula 11.1.

11.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

11.7. O atraso injustificado dos prazos indicados nas Cláusulas 11.1, 11.5 e 11.6 gera, para a CONTRATANTE, o direito de aplicação de multa moratória à CONTRATADA, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso até o limite máximo de 2% (dois por cento).

11.7.1. O atraso de que trata a Cláusula 11.7 superior a **60 (sessenta) dias** implica a imediata rescisão contratual por descumprimento de seus termos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

11.8. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia contratual até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

11.9. A garantia contratual será liberada ou restituída após a verificação pela CONTRATANTE de que o Contrato foi integralmente cumprido e desde que não existam pendências, bem como no caso de extinção contratual por culpa exclusiva da CONTRATANTE.

11.10. A garantia de execução contratual é independente de eventual garantia de produto prevista no Termo de Referência.

OU

[CENÁRIO 2: modalidade seguro-garantia]

11.1. A garantia de execução contratual prestada pela CONTRATADA na modalidade seguro-garantia corresponde a **5 % (cinco) do valor inicial** do Contrato.

11.1.1. Quando o valor da proposta da CONTRATADA for **inferior a 85%** (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, será exigida garantia adicional, cujo valor corresponderá à diferença entre 85% do valor orçado e o valor da proposta, a ser acrescido ao valor da garantia exigida na Cláusula 11.1.

11.2. A garantia contratual prevista neste Contrato assegurará:

11.2.1. o ressarcimento de prejuízos diretos e indiretos causados à CONTRATANTE decorrentes do descumprimento total ou parcial da execução do objeto e do não adimplemento das obrigações previstas neste instrumento, independentemente de culpa ou dolo da CONTRATADA;

11.2.2. o pagamento de multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

11.3. O prazo de vigência da garantia **60 (sessenta) dias**, com vistas a permitir que a CONTRATANTE possa proceder à verificação de que trata a Cláusula 11.9 e, se for o caso, executar a garantia mesmo após a extinção contratual.

11.3.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A garantia contratual deverá ser readequada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sempre que houver alteração do valor do Contrato ou prorrogação contratual, de modo a preservar a proporcionalidade do percentual estabelecido na Cláusula 11.1.

11.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

11.6. O atraso injustificado dos prazos indicados nas Cláusulas 11.4 e 11.5 gera, para a CONTRATANTE, o direito de aplicação de multa moratória à CONTRATADA, correspondente a

0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso até o limite máximo de 2% (dois por cento).

11.6.1. O atraso de que trata a Cláusula 11.6 superior a **60 (sessenta) dias** implica a imediata rescisão contratual por descumprimento de seus termos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

11.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto na Cláusula 11.8 deste Contrato.

11.8. Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia contratual até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

11.9. A garantia contratual será liberada ou restituída após a verificação pela CONTRATANTE de que o Contrato foi integralmente cumprido e desde que não existam pendências, bem como no caso de extinção contratual por culpa exclusiva da CONTRATANTE.

11.10. A garantia de execução contratual independe de eventual garantia de produto prevista no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO SEGURO DE RISCOS DE ENGENHARIA E DO SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL

12.1. A CONTRATADA deverá contratar e manter vigente Seguro de Riscos de Engenharia (RE), na modalidade compatível com o objeto desta contratação, com ênfase em Instalação e Montagem (IM) do sistema de climatização do tipo VRF, com a finalidade de oferecer cobertura contra acidentes de origem súbita e imprevista ocorridos durante a execução dos serviços de instalação/montagem, incluindo transporte interno, armazenamento temporário, montagem, interligações, testes, comissionamento e *start-up*, bem como durante o período de manutenção coberto pela apólice, quando aplicável.

12.1.1. A apólice deverá ser prestada em até **10 (dez) dias úteis** após a publicação do Extrato deste Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria (DED), em qualquer caso, antes do início da execução em campo dos serviços.

12.1.2. A apólice do Seguro de RE/IM deverá ser contratada com **valor em risco igual ao valor global do contrato**, devendo contemplar, no mínimo, os materiais, equipamentos e

componentes fornecidos e instalados, bem como as despesas necessárias à execução da instalação/montagem, e conter obrigatoriamente o número deste Contrato.

12.1.3. A CONTRATANTE deverá ser nomeada como cossegurada e/ou interessada/beneficiária, fazendo constar na apólice sua razão social (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ) e o número do CNPJ (13.950.733/0001-39).

12.1.4. O Seguro de RE/IM deverá vigorar durante todo o período de execução dos serviços e enquanto subsistirem riscos associados às atividades cobertas, cabendo à CONTRATADA providenciar, previamente, a atualização do valor segurado sempre que houver alteração do valor contratual, bem como solicitar prorrogação de vigência quando houver ampliação do prazo de execução, apresentando à CONTRATANTE os respectivos endossos.

12.1.5. A CONTRATADA deverá observar e cumprir as exigências de gerenciamento de risco previstas na apólice (proteções mínimas do local/armazenamento, controles e demais requisitos), especialmente no que se refere às condições para cobertura de roubo e/ou furto qualificado de materiais, componentes e equipamentos, e deverá atentar-se ao limite máximo para desvio de cronograma previsto na apólice, adotando as providências necessárias para preservação da cobertura.

12.1.6. A apólice de RE/IM deverá conter, no mínimo, as seguintes coberturas e importâncias seguradas/limites, observadas as condições usuais do mercado segurador para esse tipo de operação:

12.1.6.1. Cobertura básica de Riscos de Engenharia (OCC/IM, ou equivalente), abrangendo instalação e montagem, correspondente a 100% (cem por cento) do valor em risco;

12.1.6.2. Danos em consequência de erro de projeto/compatibilização, quando houver responsabilidade técnica dessa natureza atribuída à CONTRATADA, em limite compatível com o risco e as condições da apólice;

12.1.6.3. Despesas extraordinárias, correspondente ao mínimo de 5% (cinco por cento) do valor em risco;

12.1.6.4. Tumultos, greve e *lockout*, correspondente ao mínimo de 5% (cinco por cento) do valor em risco;

12.1.6.5. Despesas com desentulho, correspondente ao mínimo de 5% (cinco por cento) do valor em risco;

12.1.6.6. Roubo e/ou furto qualificado de materiais, componentes e equipamentos vinculados ao objeto, em limite compatível com o risco e com as condições de armazenamento e proteção exigidas na apólice;

12.1.6.7. Equipamentos móveis e estacionários utilizados na execução: correspondente, no mínimo, a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Caso sejam utilizados equipamentos de terceiros ou próprios cujo valor de reposição, individual ou agregado, seja superior a esse limite e que estejam sob responsabilidade da CONTRATADA (inclusive equipamentos de movimentação de cargas e acesso, quando aplicável), a CONTRATADA deverá providenciar endosso específico e/ou cobertura complementar, em valor compatível com o risco, mediante apresentação prévia à CONTRATANTE da relação dos equipamentos e respectivos valores, a constar no quadro/resumo da apólice e/ou em endosso;

12.1.6.8. Ferramentas de pequeno e médio portes correspondendo ao mínimo de R\$ 50.000,00;

12.1.6.9. Manutenção ampla, pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, em limite compatível com o valor em risco e com as condições previstas na apólice;

12.1.6.10. Honorários de perito, correspondente, no mínimo, a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

12.1.6.11. Propriedades circunvizinhas e/ou existentes no local da obra (edificação e bens preexistentes), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor em risco, limitado ao valor máximo de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

12.1.6.12. Obras concluídas, correspondente, no mínimo, a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

12.1.6.13. Instalações provisórias e obras temporárias, correspondente, no mínimo, a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

12.1.6.14. Despesas com salvamento e contenção de sinistro, correspondente, no mínimo, a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

12.1.7. Caso, pelas condições do mercado segurador aplicáveis ao risco específico, alguma cobertura adicional dependa de condições particulares (por exemplo, gerenciamento de riscos, proteções mínimas, vistoria prévia, ou parâmetros técnicos de aceitação), a

CONTRATADA deverá providenciar o atendimento às exigências correspondentes, sem prejuízo da manutenção da cobertura mínima requerida.

12.2. A CONTRATADA deverá contratar e manter vigente, durante todo o período de execução do objeto e enquanto subsistirem riscos relacionados às atividades em campo, apólice de Seguro de Responsabilidade Civil (RC) compatível com o objeto desta contratação e com os riscos inerentes à instalação e montagem do sistema de climatização do tipo VRF, com o objetivo reembolsar o segurado, até o limite máximo de indenização previsto na apólice, pelas quantias pelas quais venha a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou por acordo expressamente autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência da apólice e decorrentes de riscos cobertos associados à execução contratual:

12.2.1. A apólice deverá ser prestada em até **10 (dez) dias úteis** após a publicação do Extrato deste Termo do Contrato, em qualquer caso, antes do início da execução em campo dos serviços.

12.2.2. A apólice deve ser contratada preferencialmente à Base de Ocorrência, em carteira específica de Responsabilidade Civil, e conter obrigatoriamente o número deste Contrato;

12.2.3. A CONTRATANTE deverá ser nomeada como cossegurada e/ou interessada/beneficiária, fazendo constar na apólice sua Razão Social (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ) e o número do CNPJ (13.950.733/0001-39).

12.2.4. Não serão admitidos sublimites para as coberturas nucleares do Seguro de RC, assim entendidas:

12.2.4.1. Cobertura básica de responsabilidade civil decorrente de obras/serviços de montagem e instalação, abrangendo danos corporais e materiais causados a terceiros;

12.2.4.2. Responsabilidade civil cruzada.

12.2.5. Quando prevista como cobertura específica no Seguro de RC, também não será admitido sublimite para danos causados ao proprietário da obra (CONTRATANTE), de modo a preservar a efetividade da cobertura frente aos riscos predominantes da execução contratual em edificação existente.

12.2.6. Para as coberturas adicionais e extensões do Seguro de RC, admite-se a existência de sublimites, franquias específicas e/ou condições particulares, desde que, cumulativamente:

12.2.6.1. os sublimites integrem o LMI, não se somando a ele, e estejam expressamente indicados no quadro/resumo da apólice e em seus endossos;

12.2.6.2. a estrutura de sublimites, franquias e condições particulares seja compatível com as práticas do mercado segurador para operações de natureza similar e com os riscos inerentes à execução contratual;

12.2.6.3. tais limitações não comprometam, de forma relevante, a utilidade do seguro para os eventos relacionados às atividades típicas e necessárias à execução contratual, incluindo instalação, montagem, testes e comissionamento do sistema VRF; e

12.2.6.4. a apólice e seus endossos sejam apresentados à CONTRATANTE para verificação de aderência às exigências do Termo de Referência antes do início da execução em campo.

12.2.7. A importância segura/limite máximo de indenização deverá ser compatível com o porte e o risco da contratação e equivalente às práticas de mercado para operações de natureza similar, devendo corresponder, **no mínimo, a 20% (vinte por cento) do valor global do contrato, com valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).**

12.2.8. A apólice do Seguro de RC deverá conter, no mínimo, as coberturas necessárias a seguir listadas:

12.2.8.1. Cobertura básica de obras civis e ou serviços de montagem e instalação de máquinas e/ou equipamentos;

12.2.8.2. RC Cruzada;

12.2.8.3. RC Erros de projeto, quando houver responsabilidade de projeto/compatibilização a cargo da contratada;

12.2.8.4. Danos causados ao proprietário da obra;

12.2.8.5. Poluição súbita e acidental;

12.2.8.6. Despesas de Defesa em Juízo, lucros cessantes e prejuízos financeiros;

12.2.8.7. RC Empregador;

12.2.8.8. Danos morais e estéticos para todas as coberturas.

12.2.9. A CONTRATADA deverá providenciar, previamente à assinatura de termos aditivos que alterem prazos ou valores contratuais, caso ocorram, a comunicação à seguradora e a

obtenção do respectivo endosso, quando necessário para manutenção da adequação da cobertura securitária, apresentando a comprovação à CONTRATANTE.

12.2.10. Na hipótese de ampliação do prazo de execução, a CONTRATADA deverá solicitar a prorrogação da vigência da apólice, mantendo a cobertura ativa durante todo o período exigido, sob pena de caracterização de inadimplemento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA TÉCNICA DOS SERVIÇOS E DOS EQUIPAMENTOS

13.1. O prazo total de garantia técnica dos **serviços de instalação e dos materiais incorporados** pela CONTRATADA na execução (incluindo, quando aplicável, infraestrutura executada, suportes, fixações, interligações, isolamento, drenagem, recomposições e demais serviços necessários à sua conclusão) corresponde à soma sucessiva dos prazos das seguintes garantias:

13.1.1. Garantia legal: **90 (noventa) dias**, conforme o Código de Defesa do Consumidor, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do Termo de Recebimento Definitivo da última etapa prevista no cronograma físico-financeiro; e

13.1.2. Garantia técnica contratual complementar: **60 (sessenta) meses**, com início no dia imediatamente subsequente ao término da garantia legal.

13.2. O prazo de garantia técnica dos **equipamentos e componentes** fornecidos pela CONTRATADA será, no mínimo, o correspondente à garantia legal de **90 (noventa) dias**, conforme o Código de Defesa do Consumidor.

13.2.1. Caso o fabricante ofereça garantia válida no território nacional por prazo superior, prevalecerá o período mais longo.

13.3. As garantias de que trata esta Cláusula Décima Terceira serão prestadas de modo a manter o objeto contratado em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.

13.4. As garantias abrangem a realização da manutenção corretiva do objeto contratual pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

13.4.1. A manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens que compõem o objeto contratual, compreendendo a substituição de peças e a realização de ajustes, correções e reparos necessários.

13.4.2. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência das garantias deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do bem.

13.5. Uma vez notificada, a CONTRATADA deverá realizar a reparação ou a substituição dos bens/serviços que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **20 (vinte) dias úteis**, contados da data de envio da notificação.

13.5.1. O prazo indicado na Cláusula 13.5, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação por escrito e justificada da CONTRATADA e desde que aceita pela CONTRATANTE.

13.5.2. Na hipótese da Cláusula 13.5.1, a CONTRATADA deverá disponibilizar bem equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela CONTRATANTE, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

13.6. Não solucionado o vício dentro do prazo (incluindo eventual prorrogação) e mantida a inadequação, a CONTRATANTE poderá exigir, alternativamente:

13.6.1. a substituição por produto da mesma espécie, em perfeitas condições;

13.6.2. a restituição atualizada das quantias pagas ou abatimento proporcional do preço;

13.6.3. outra solução acordada entre as partes, observando o interesse público.

13.7. A retirada e a devolução dos bens objeto de acionamento de garantia devem ocorrer na unidade da CONTRATANTE em que foram instalados, sem ônus para esta.

13.8. O reparo ou a substituição serão realizados no local de instalação, quando tecnicamente possível, e, quando o vício exigir a remoção do bem, o reparo será executado nas dependências da CONTRATADA ou de assistência técnica por ela autorizada, com posterior devolução à unidade da CONTRATANTE.

13.9. Todos os custos de transporte, deslocamento e logística serão integralmente suportados pela CONTRATADA.

13.10. A garantia técnica contratual complementar não exclui nem limita a garantia legal.

13.11. As garantias técnicas legais e as contratuais complementares têm prazos de vigência próprios e desvinculados do prazo de vigência do Contrato, permitindo a aplicação de penalidades



em caso de descumprimento de alguma de suas condições, ainda que expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

14.I. DO REAJUSTE POR ÍNDICE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da data do orçamento estimado desta contratação (data-base)⁵, compreendendo o período de **01/03/2026 a 28/02/2027**.

14.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE, considerando a data-base **01/mar.**, mediante a aplicação da variação acumulada do **Índice Nacional de Custo da Construção (INCC)** em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

14.2.1. Os valores resultantes de reajuste somente terão aplicação efetiva em relação às obrigações cujo fornecimento ou prestação se inicie e se conclua após a ocorrência da anualidade, observando-se, em qualquer caso, o limite máximo de quatro casas decimais nos cálculos.

14.3. Caso, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já tenha sido concedida revisão contratual para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será considerada no cálculo do reajuste, de modo a evitar acumulação injustificada de valores.

14.4. O reajuste será concedido pela CONTRATANTE mediante apostilamento preferencialmente em até **90 (noventa) dias** após a constituição do direito.

14.5. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 14.1, qual seja, **01/03/2027**.

14.6. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, a CONTRATANTE observará o interregno mínimo de **1 (um) ano**, contado da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado, independentemente da data apostilada.

14.II. DA REVISÃO

14.7. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

⁵ O orçamento estimado desta contratação foi elaborado com base na Tabela Sinapi (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) Desonerada para o Estado do Paraná referente ao mês de fevereiro/2026 (com vigência a partir de 01/03/2026).

14.8. A revisão dos preços originalmente contratados fica condicionada à demonstração inequívoca de desequilíbrio econômico-financeiro superveniente, mediante apresentação de documentação comprobatória idônea, devidamente analisada pelos setores técnico e jurídico competentes, e sujeita à aprovação da autoridade competente, observando-se, ainda:

14.8.1. a existência de reajustes e/ou repactuações anteriormente implementados neste Contrato, com vistas a evitar duplicidade de compensações ou acúmulo indevido de valores;

14.8.2. o limite máximo de quatro casas decimais nos valores resultantes da revisão.

14.9. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

14.9.1. O requerimento de que trata a Cláusula 14.9, devidamente instruído, deverá ser endereçado à Defensoria Pública do Estado do Paraná e encaminhado, via e-mail, à Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

14.9.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após o envio, pela CONTRATANTE, de confirmação de recebimento, cabendo à CONTRATADA solicitar tal confirmação, caso entenda necessário.

14.10. A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento, nos termos da Cláusula 14.9.2.

14.10.1. Constatada a necessidade de complementação da documentação que instrui o pedido de revisão contratual, a CONTRATANTE comunicará formalmente a inconsistência à CONTRATADA, e o prazo previsto na Cláusula 14.10 será interrompido, reiniciando-se integralmente a partir do primeiro dia útil subsequente à data da regularização da pendência pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. A CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, assumindo como de sua exclusiva responsabilidade os riscos e os encargos decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

15.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, nos termos do Código de Defesa do Consumidor⁶ e das demais disposições constantes no Termo de Referência desta contratação.

15.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros em decorrência da execução contratual, não se eximindo dessa responsabilidade em razão da fiscalização ou do acompanhamento da execução contratual realizados pela CONTRATANTE, a qual, desde já, fica autorizada a descontar dos pagamentos devidos, ou de eventual garantia prestada – quando exigida –, os valores correspondentes aos prejuízos apurados.

15.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo fixado pela CONTRATANTE, o objeto que apresente vícios, defeitos, avarias ou incorreções oriundos da execução contratual ou dos materiais empregados.

15.1.4. Arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos indicados em sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis oriundos de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los quando insuficientes para o atendimento adequado do objeto, exceto nos casos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

15.1.5. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

15.1.6. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade executada em desacordo com a técnica adequada ou que represente risco à segurança de pessoas ou bens.

15.1.7. Submeter previamente à CONTRATANTE, por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que se afastem das especificações constantes no memorial descritivo ou documento congênere.

15.1.8. Executar o objeto com estrita observância à legislação vigente, cumprindo as determinações dos órgãos públicos competentes e mantendo o local de execução limpo, seguro, higiênico e disciplinado.

15.1.9. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança e conduta eventualmente estabelecidas pela CONTRATANTE para suas dependências.

⁶ Lei nº 8.078/1990.

15.1.10. Alocar os profissionais necessários, devidamente qualificados e habilitados, ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios compatíveis, em quantidade, qualidade e tecnologia, com as exigências técnicas, legais e contratuais.

15.1.11. Responsabilizar-se integralmente pelo adimplemento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, sociais, tributárias, fiscais e comerciais previstas em legislação vigente, sendo vedada a transferência de responsabilidade à CONTRATANTE e não podendo a inadimplência dessas obrigações resultar em qualquer ônus, prejuízo ou acréscimo de custos ao objeto contratual.

15.1.12. Observar a proibição legal de utilização de mão de obra de menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (quatorze) anos, sendo vedado, ainda, o trabalho de menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

15.1.13. Cumprir, durante toda a execução contratual, as exigências legais de reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011⁷, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016⁸ e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024⁹.

15.1.14. Manter o sigilo sobre todas as informações obtidas em razão da execução contratual.

15.1.15. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018¹⁰ e e aos atos normativos que regulamentam o tema no âmbito de atuação da DPE-PR, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

15.1.16. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições exigidas para habilitação no processo de contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

⁷ Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

⁸ Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

⁹ Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual

¹⁰ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

15.1.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, de modo formal e fundamentado, quaisquer motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos pactuados, apresentando a respectiva comprovação documental.

15.1.18. Atender, nas condições e nos prazos fixados, aos requerimentos e às determinações da CONTRATANTE relacionados à adequada gestão contratual, inclusive quanto à instrução de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou de prorrogação contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. A CONTRATANTE obriga-se a cumprir integralmente todas as obrigações especificadas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, incluindo respectivos anexos, observando, ainda, as seguintes obrigações específicas:

16.1.1. Exigir o cumprimento, pela CONTRATADA, de todas as obrigações assumidas neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

16.1.2. Receber o objeto contratual nos prazos e nas condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados.

16.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quanto à existência de vícios, defeitos incorreções, falhas ou irregularidades na execução do objeto contratual, fixando prazo para substituição, reparo ou correção, total ou parcial, às expensas da CONTRATADA, assegurando-se de que as soluções adotadas sejam tecnicamente adequadas.

16.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

16.1.5. Efetuar, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Contrato e nos demais documentos a ele vinculados, o pagamento correspondente à execução do objeto contratual.

16.1.6. Analisar e decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou desprovidos de interesse para a adequada execução contratual.

16.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções cabíveis pela inexecução total ou parcial deste Termo de Contrato, conforme previsto na legislação e nas normativas vigentes.

16.1.8. Notificar, quando cabível, os emitentes das garantias sobre a instauração de processo administrativo destinado à apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



16.1.9. Assegurar que seus representantes, colaboradores e quaisquer terceiros autorizados atuem com observância à Lei nº 13.709/2018¹¹ e e aos atos normativos que regulamentam o tema no âmbito de atuação da DPE-PR, garantindo o tratamento adequado e seguro dos dados pessoais eventualmente acessados.

16.2. A CONTRATANTE não se responsabiliza por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA perante terceiros, ainda que vinculados à execução deste Contrato, tampouco por eventuais danos causados a terceiros decorrentes de atos praticados pela CONTRATADA, por seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. Quando, em razão da execução contratual, houver tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA – seja porque receba dados da CONTRATANTE, seja porque realiza tratamento em nome desta –, aplicar-se-ão integralmente as obrigações previstas na íntegra desta Cláusula Décima Sétima.

17.2. A CONTRATADA, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que, por sua determinação, participem da execução do objeto deste ajuste, na qualidade de operadora de dados, compromete-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiver acesso durante a vigência contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – e demais normas regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas emanadas pela Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os atos normativos internos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

17.3. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência desta execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto deste Contrato, nos termos da LGPD.

17.4. O presente ajuste não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados durante a execução deste Contrato, que permanecerão sendo de propriedade de seu proprietário originário.

17.5. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução presente Contrato, em consonância com o disposto na LGPD, sendo vedado o

¹¹ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

compartilhamento das informações com outros órgãos, pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou quando admitida subcontratação.

17.6. A CONTRATADA compromete-se a assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na estrita medida do necessário para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

17.7. A CONTRATADA compromete-se a manter registro de todas as operações de tratamento realizadas em decorrência deste Contrato, de acordo com o art. 37 da LGPD.

17.8. A CONTRATADA compromete-se, mediante solicitação da CONTRATANTE, a franquear o acesso a documentos e registros necessários para verificação das obrigações previstas nesta Cláusula Décima Sétima.

17.9. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados, garantindo também, quando cabível, a rastreabilidade de prova eletrônica a qualquer tempo, observando o art. 46 da LGPD e as boas práticas recomendadas pela ANPD.

17.10. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, os requerimentos formulados por titulares, com fulcro no art. 18 e seguintes da LGPD, serão respondidos pela CONTRATANTE, exceto em caso de autorização expressa conferida à CONTRATADA.

17.11. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, a CONTRATADA, ao receber requerimento de um titular, com fulcro no art. 18 e seguintes da LGPD, deve:

17.11.1. notificar, por escrito, a CONTRATANTE no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**;

17.11.2. auxiliar, quando necessário e mediante requerimento da CONTRATANTE, na elaboração da resposta – prestando as informações necessárias para tanto – e na adoção das providências cabíveis.

17.12. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE imediatamente quando tiver notícia de qualquer indício de incidente de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, endereçando e-mail ou processo administrativo próprio.

17.13. A comunicação de eventual indício de incidente de segurança à CONTRATANTE deve ser acompanhada de informações suficientes para investigação, mitigação, reparação dos danos e comunicação à ANPD, devendo conter, no mínimo, as seguintes informações:

17.13.1. descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

17.13.2. informações conhecidas sobre os titulares eventualmente envolvidos;

17.13.3. indicação das medidas de segurança, técnicas e administrativas utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;

17.13.4. avaliação dos riscos relacionados ao incidente;

17.13.5. justificativa da eventual demora na comunicação, caso não tenha sido imediata;

17.13.6. medidas adotadas ou planejadas para conter, reverter ou mitigar os efeitos do evento e prevenir novas ocorrências.

17.14. A comunicação de eventual incidente de segurança à ANPD e aos titulares de dados pessoais será realizada pela CONTRATANTE, enquanto entidade controladora.

17.15. A CONTRATADA deverá adotar medidas de investigação, mitigação e reparação dos danos decorrentes de incidentes de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato.

17.16. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, por escrito, sobre qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo, mas não se limitando à ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato e deverão cooperar com a CONTRATANTE na adoção das providências cabíveis.

17.17. Eventual subcontratação, quando autorizada pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações pela Subcontratada.

17.18. Havendo subcontratação, a CONTRATADA celebrará um contrato por escrito com cada Subcontratada para estabelecer obrigações referentes ao tratamento dos dados pessoais que

forneçam, ao menos, o mesmo nível de proteção em relação à garantida no presente Contrato, no que couber.

17.19. Havendo subcontratação, a eventual Subcontratada exercerá a função de Suboperadora e seus atos e omissões também serão de responsabilidade solidária da CONTRATADA.

17.20. É vedada a transferência internacional dos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE e a prévia demonstração do respeito à legislação de proteção de dados ou privacidade do(s) país(es) aplicável(is).

17.21. A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais compartilhados por força da execução deste Contrato apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e/ou em conformidade com hipóteses legais que autorizam o tratamento.

17.22. Nas hipóteses de extinção contratual, a CONTRATADA se compromete, por qualquer motivo ou por solicitação da CONTRATANTE, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

17.23. No caso de identificação da necessidade de manutenção de dados pessoais, após o término da finalidade ou a extinção contratual, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito e de modo justificado, a necessidade de manutenção dos dados, indicando:

17.23.1. a base legal que autoriza a manutenção (conforme art. 7º ou art. 11 da LGPD);

17.23.2. a finalidade específica para a qual os dados serão mantidos;

17.23.3. o prazo de retenção.

17.24. Após o término do prazo de retenção dos dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a descartá-los de modo seguro, utilizando métodos que impeçam sua recuperação, tais como destruição física ou sobrescrita de mídias digitais, fornecendo à CONTRATANTE, sempre que solicitado, comprovação da eliminação ou anonimização dos dados pessoais, conforme o caso.

17.25. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos decorrentes do descumprimento da LGPD e outras normas legais ou regulamentares relacionadas ao direito à proteção de dados pessoais.

17.26. A CONTRATADA deverá reembolsar à CONTRATANTE os custos incorridos pela CONTRATANTE para resposta, minimização ou reparação de eventuais incidentes de segurança que tenham como causa a violação das obrigações decorrentes deste Contrato ou da LGPD.

17.27. Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, as Partes comprometem-se a garantir transparência sobre a realização do tratamento de dados pessoais compartilhados por força deste ajuste, devendo dar publicidade ao Contrato em sítio eletrônico e no Portal de Transparência, nos termos da Lei nº 12.527/2011¹².

17.28. CONTRATANTE e CONTRATADA comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento de suas obrigações de acordo com a LGPD.

17.29. Caso a execução deste Contrato não envolva coleta e tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA além daqueles estritamente necessários à formalização e emissão de documentos essenciais à contratação, as obrigações específicas previstas nesta Cláusula Décima Quinta serão aplicadas naquilo que couber, devendo a CONTRATADA restringir-se aos dados indispensáveis e assegurar integral conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

18.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

18.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do Contrato.

18.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 18.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as Partes contraentes.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

¹² Lei de Acesso à Informação (LAI).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 76 da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023¹³, bem como nas disposições deste Termo de Contrato e dos demais documentos a ele vinculados, sem prejuízo das consequências em outras esferas legais.

19.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) prevista(s) no art. 18¹⁴ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

19.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) prevista(s) no art. 19¹⁵ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

19.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19¹⁶ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

19.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5%**

¹³ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹⁴ “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

¹⁵ “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.”

¹⁶ “Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.”



(meio por cento) nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do Contrato ou ata de registro de preços.

19.6. O atraso injustificado na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória** calculada sobre o valor global do Contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

19.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

19.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

19.8. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

19.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

20.1. O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as Partes, ainda que isso ocorra antes do término do prazo de vigência contratual.

20.2. O Contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137¹⁷ da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

¹⁷ “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.”

20.2.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.

20.2.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado Termo Aditivo para alteração subjetiva.

20.3. A extinção do Contrato poderá ser:

20.3.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

20.3.2. consensual, por acordo entre as Partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;

20.3.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

20.4. A extinção do Contrato determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

20.5. O Termo de Extinção, sempre que possível, será precedido de:

20.5.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

20.5.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

20.5.3. indenizações e multas.

20.6. A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de Termo Indenizatório.

20.7. O Contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

21.1. Qualquer comunicação entre as Partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário.

21.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

21.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

22.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023¹⁸; da Lei Complementar nº 123/2006¹⁹; da Lei nº 13.709/2018²⁰; da Deliberação CSDP nº 021/2022²¹; da Resolução nº 607/2025²²; da Lei nº 8.078/1990²³, bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná (DED); e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

¹⁸ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹⁹ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

²⁰ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

²¹ Disciplina a aplicação da LGPD no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

²² Institui a Política de Privacidade e Proteção de Dados da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

²³ Código de Defesa do Consumidor.



E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes assinam este Termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura²⁴.

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
PARANÁ

**[NOME DO REPRESENTANTE DA
CONTRATADA]**
[RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA]

TESTEMUNHAS²⁵

²⁴ A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.

²⁵ Vide assinaturas digitais deste documento.